

RELATÓRIO
INTEGRADO DA
ADMINISTRAÇÃO
2020



GásNatural



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e à Sociedade em geral, o Relatório Integrado da Administração de 2020, que engloba a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, o Relatório de Sustentabilidade e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

O ano de 2020 foi marcado por desafios em todos os setores econômicos e pela necessidade de inovação e adaptação para superar as condições impostas pela pandemia da COVID-19. Ações comerciais, administrativas e operacionais, muitas das quais ainda estão em execução pela Compagas, objetivaram a garantia da prestação do serviço essencial de distribuição do gás canalizado com eficiência e segurança, seguindo todas as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades de saúde para preservar colaboradores, clientes e a população, no esforço coletivo para o enfrentamento do coronavírus.

Com todas as adaptações necessárias à execução de suas atividades, a Compagas seguiu com a missão de ampliar a participação do gás natural nos mercados de atuação da Companhia e fortalecer o relacionamento juntos aos seus clientes, supridores e órgãos de Governo. As ações foram direcionadas visando a conquista de melhores resultados, a redução de custos e a otimização dos processos.

A Compagas encerrou 2020 com uma rede composta por mais de 842 km de extensão. No volume destinado ao mercado não térmico, a Companhia teve uma redução de 35%, alcançando uma média anual de 881.745 m³/dia, impactado pela hibernação da Araucária Nitrogenados e pela redução das atividades comerciais devido à pande-

mia da COVID-19. No entanto, considerando a distribuição para a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA), o volume total distribuído pela Companhia foi de 1.557.858 m³ por dia, e registrou uma alta de 8% em relação ao ano de 2019.

O número de clientes cresceu 4,4% em relação ao ano anterior e superou a marca de 49,3 mil consumidores atendidos. No período, a Companhia investiu cerca de R\$ 14,8 milhões em projetos de saturação e integridade de rede, e atuou para garantir a prestação do serviço de distribuição com segurança e qualidade de atendimento.

Seguindo os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, em consonância com os princípios éticos estabelecidos no Código de Conduta e Integridade e em seus valores, além das melhores práticas em Governança Corporativa e a adequação às mudanças do ambiente de negócios, regulatório e legal, a Companhia promoveu melhorias em seus processos. Foram criadas a Coordenação de Proteção de Dados, que atuará de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Comissão de Ética e Apuração Interna (CEAI), responsável pela apuração das denúncias recebidas na Companhia, e a Gerência de Regulação. Também foi realizada a contratação de sistema independente externo para a recepção de denúncias, de forma a garantir maior proteção ao manifestante, anonimato, sigilo e a devida resposta à sua comunicação.

Serão ainda muitos os desdobramentos potenciais advindos da pandemia da COVID-19 para o ano de 2021, mas com a chegada das vacinas ao país, reforçamos nossas expectativas quanto a retomada da economia e o nosso compromisso com o desenvolvimento do Estado do Paraná, por meio de ações éticas, responsáveis e transparentes. Esta Administração tem como foco a melhoria contínua e trabalha para atingir a excelência empresarial.

Ao longo desta publicação, apresentamos com detalhes as iniciativas, resultados e desempenho da Compagas referentes ao ano de 2020.

Administração da Compagas



IDENTIFICAÇÃO GERAL

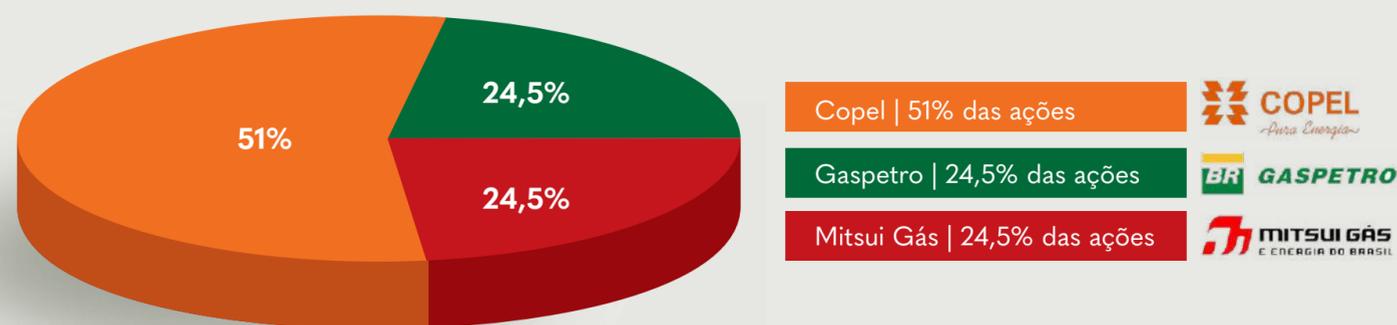
Em conformidade com o Art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30.06.2016, e Art. 13, incisos I, III e VIII, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, relativa ao exercício social de 2020.

CNPJ	00.535.681/0001-92		
Sede	Curitiba Paraná		
Tipo de estatal	Sociedade de Economia Mista		
Acionista controlador	Estado do Paraná		
Tipo societário	Sociedade Anônima		
Tipo de capital	Fechado		
Abrangência de atuação	Regional		
Setor de atuação	Gás Natural		
Diretor de Administração e Finanças	Cláudio José de Almeida Camargos	(41) 3312-1905	claudio.camargos@compagas.com.br
Audidores Independentes atuais	Mazars Auditores Independentes S/S		CNPJ: 07.326.840/0001-98
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual	Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira	CPF 922.335.979-15	Presidente
	Anderson Gil Ramos Bastos	CPF 006.425.807-66	
	Eduardo Panek	CPF 974.854.549-00	
	João Biral Junior	CPF 008.522.919-90	
	Julio Jacob Junior	CPF 025.639.649-38	
	Radaés Fronchetti Picoli	CPF 007.767.360-35	
	Nelson Luiz Paula de Oliveira	CPF 232.298.109-53	
	Vitor Calazans Baroni	CPF 079.650.557-83	
Administradores subscritores da Carta Anual	Rafael Lamastra Júnior	CPF 366.003.429-00	Diretor-Presidente
	Cláudio José de Almeida Camargos	CPF 577.030.276-34	Diretor de Administração e Finanças
	Rafael Rodrigo Longo	CPF 891.190.029-04	Diretor Técnico-Comercial

Documento aprovado na 193ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 23.03.2021.

INTERESSE PÚBLICO

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas é a concessionária responsável pela distribuição de gás natural canalizado no Estado do Paraná, cuja concessão foi outorgada em 06/07/1994, através da Lei Estadual nº 10.856. É uma empresa de economia mista de capital fechado, tendo como acionistas a Companhia Paranaense de Energia - Copel, com 51% das ações, a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, com 24,5% e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., com 24,5%.



Tem por objeto social a exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado para atender a demanda do mercado consumidor dos segmentos industriais, comerciais, residenciais, institucionais, de transportes e outros que requisitem a prestação do serviço, observadas as disposições legais e de acordo com o parágrafo 2º do Art.25, da Constituição Federal.

Sua atuação está pautada na promoção e expansão da rede de distribuição de gás canalizado com o objetivo de fomentar a utilização do combustível em bases econômicas, sociais e ambientais sustentáveis.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Todas as atividades exercidas na Companhia estão pautadas na sua Missão, Visão e Valores:

MISSÃO: Satisfazer as expectativas dos clientes atuando com excelência no serviço de distribuição de gás, garantindo o suprimento, de forma rentável, segura, ambientalmente adequada e com melhoria da qualidade de vida.

VISÃO: Consolidar e ampliar a presença nos diferentes segmentos de mercado, e ser reconhecida como a melhor distribuidora de gás canalizado da Região Sul.

VALORES:

- 1. ÉTICA E RESPONSABILIDADE:** nossos valores morais nos conduzem com responsabilidade e eficácia na direção da geração de valor para a sociedade.
- 2. COMPROMETIMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL:** com espírito de equipe e um elevado grau de comprometimento, compartilhamos nosso desenvolvimento profissional para o crescimento da Compagas.
- 3. MELHORIA CONTÍNUA:** trabalhamos para atingir a excelência empresarial, melhorando continuamente nossas práticas e atitudes para gerar prosperidade aos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores.
- 4. FOCO NO CLIENTE:** nossos clientes são a razão de nossa existência e para eles dedicamos nossos talentos.
- 5. QUALIDADE DE VIDA:** valorizamos a qualidade de vida, colocando o ser humano no centro de nossas prioridades empresariais.
- 6. PERENIDADE DO NEGÓCIO:** nossa visão está dedicada a potencializar ações que garantam a perenidade do negócio.



RESULTADOS DO NEGÓCIO

Com uma rede de distribuição de 842 km de extensão, a Compagas atende a 16 municípios do Estado do Paraná: Araucária, Arapoti, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Carambeí, Castro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Palmeira, Paranaguá, Pinhais, Ponta Grossa, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Em 2020 foram investidos cerca de R\$ 14,8 milhões em projetos de saturação, integridade da rede de distribuição e em áreas administrativas. No ano, a Companhia registrou alta de 4,4% no número de consumidores de gás natural em comparação a 2019, alcançando o total de 49.335 clientes.

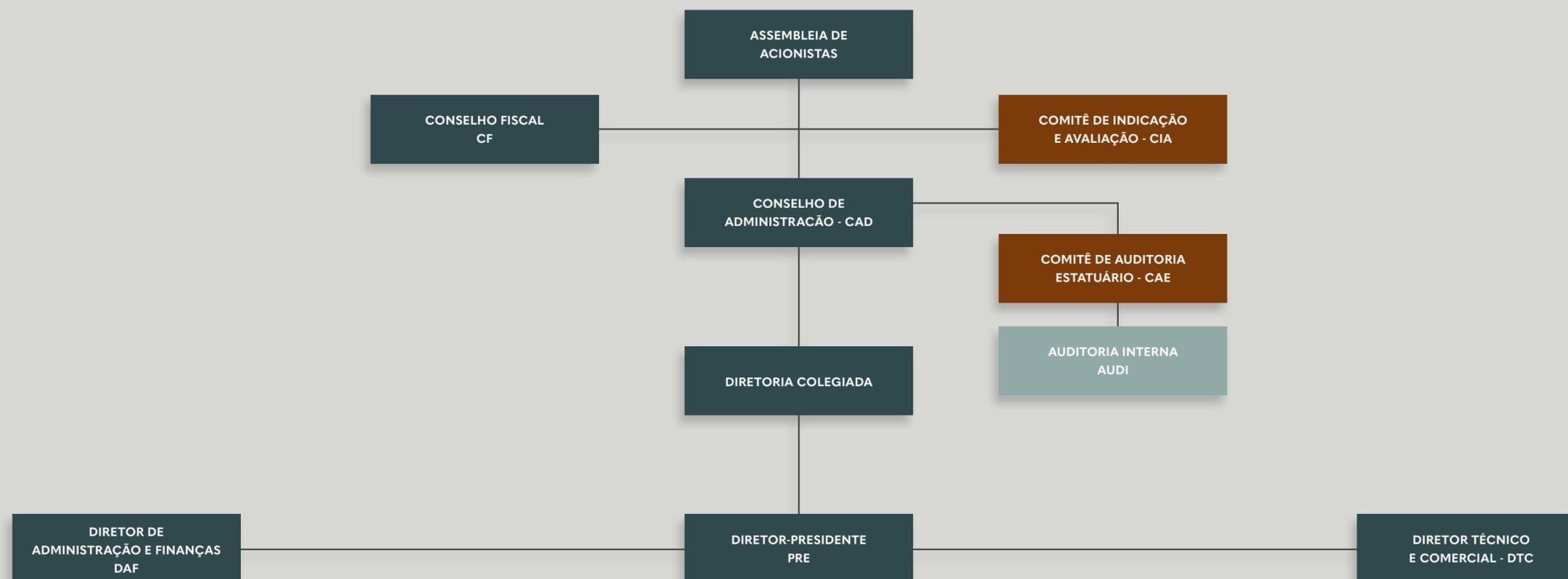
No volume destinado ao mercado não térmico, a Companhia teve uma redução de 35%, alcançando uma média anual de 881.745 m³/dia, impactado pela hibernação da Araucária Nitrogenados e pela redução das atividades comerciais devido à pandemia da COVID-19. No entanto, considerando a distribuição para a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA), o volume total distribuído pela Companhia foi de 1.557.858 m³ por dia, e registrou uma alta de 8% em relação ao ano de 2019.

Resultados Econômico-Financeiros

Em 2020, a Compagas obteve uma Receita Líquida de R\$ 524,2 milhões, EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) no valor de R\$ 72,7 milhões e Lucro Líquido de R\$ 59,6 milhões. É importante destacar os esforços efetuados para redução do custeio, que foi 8% menor que o realizado em 2019.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

ORGANOGRAMA



Remuneração da Administração

De acordo com o Art. 152, da Lei Federal nº 6.404/1976, para o ano de 2020, a Assembleia Geral da Compagas definiu o limite para a remuneração anual dos Administradores e membros dos Comitês de Auditoria Estatutário e de Indicação e Avaliação, incluídos os encargos e benefícios, no montante global de R\$ 3,72 milhões.



PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa adotadas pela Compagas estão pautadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, em consonância com os princípios éticos estabelecidos no Código de Conduta e Integridade e em seus valores. Esses princípios estão refletidos na Política de Governança Corporativa, que estabelece o padrão e as melhores práticas de governança, visando:

- 1.1_ Contribuir para a perenidade da Compagas, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- 1.2_ Aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas;
- 1.3_ Minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros;
- 1.4_ Aumentar o valor da Compagas;
- 1.5_ Preservar a memória das decisões tomadas pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, buscando a eficiência na realização de suas reuniões;
- 1.6_ Ser um instrumento essencial para a condução dos negócios da Compagas de forma eficaz e organizada perante as partes interessadas.

Em 2020, a Compagas promoveu melhorias em seu Sistema de Governança com objetivo de promover alinhamento ao referencial estratégico da Companhia no que se refere à adequação às mudanças do ambiente de negócios, regulatório e legal.

Dentre as melhorias implementadas, destacam-se:

- Implantação da Coordenação de Proteção de Dados e designação do Encarregado de Proteção de Dados, responsável pelo atendimento dos titulares de dados pessoais, com interface com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), e pela disseminação dos conceitos de privacidade no ambiente da Companhia;
- Criação da Gerência de Regulação, responsável pela interface da Companhia com os órgãos reguladores e acompanhamento dos assuntos regulatórios no contexto de abrangência da Compagas;
- Publicação do Manual de Apuração de Denúncias com o objetivo de estabelecer procedimentos para a avaliação e apuração interna de denúncias recebidas pela Compagas;
- Constituição da Comissão de Ética e Apuração Interna (CEAI) para atuar na apuração das denúncias recebidas, na orientação e aconselhamento sobre a ética profissional dos empregados, no esclarecimento de dúvidas sobre o Código de Conduta e Integridade e nas atividades relacionadas à prevenção de desvios comportamentais;
- Contratação de sistema independente externo para a recepção de denúncias, com atendimento estruturado para funcionar 24 horas por dia, em todos os dias da semana.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A estrutura de controles da Compagas estabelece mecanismos de governança pautados nos princípios do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, para prevenção de ações prejudiciais à Companhia. De acordo com estes princípios, e considerando o modelo publicado pelo *The Institute of Internal Auditors*, os controles estão presentes nas 1ª, 2ª e 3ª linhas:

Primeira Linha: Formada pela Diretoria Executiva, gerentes das áreas e coordenadores além dos gestores de projetos e processos. Esta linha é responsável por identificar e avaliar os riscos e conduzir os procedimentos de controles rotineiramente a fim de mitigar as vulnerabilidades de suas atividades;

Segunda Linha: Fornece estruturas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, auxiliando a 1ª linha no desenvolvimento de processos e controles eficazes. A Gerência de Governança, Risco e *Compliance* atua na 2ª linha;

Terceira Linha: Realiza avaliações independentes sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a 1ª e a 2ª linhas alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle. A Auditoria Interna integra a 3ª linha.

As atribuições dos órgãos de governança na estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos estão descritas a seguir:

O **Conselho de Administração**, além de outras atribuições, é responsável por implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta

a Companhia, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude, além de estabelecer o papel das diretorias no gerenciamento de riscos e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

O **Comitê de Auditoria Estatutário** é responsável pela supervisão (i) dos processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros; (ii) dos processos de gestão de riscos e controle interno; e (iii) da atuação dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna. É órgão estatutário, independente, de caráter consultivo e permanente e reporta-se ao Conselho de Administração.

A **Diretoria Executiva** é responsável por identificar e avaliar os riscos, realizar execução e manutenção das ações de tratamento, bem como implementar procedimentos internos para assegurar que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos.

A **Gerência de Governança, Risco e Compliance** é responsável por definir e coordenar a implementação das diretrizes, políticas e práticas de controles internos e gerenciamento de riscos corporativos, bem como de *compliance* da Companhia. As atividades desenvolvidas por ela são periodicamente relatadas à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Conselho de Administração e a outros órgãos estatutários.

A **Auditoria Interna** é estrutura organizacional independente, responsável por aferir a adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento de riscos, recomendando, quando necessário, melhorias nos processos, além de realizar relatos periódicos de suas avaliações ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

A Compagas, no modelo de gestão de riscos, adota parâmetros de apetite ao risco, considera sua possibilidade de ocorrência e seus impactos financeiros, operacionais, de imagem e socioambientais, e prevê ferramentas para seu tratamento e mitigação.

Fatores de Riscos

Os fatores de riscos identificados pela Compagas observam os padrões definidos em sua Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos. A seguir apresentamos os principais fatores de risco:

- 1) Renovação da Concessão;
- 2) Instabilidade regulatória quanto aos reajustes e revisões tarifárias e quanto à regulamentação do mercado livre do gás;
- 3) Falhas operacionais e interferências na rede de distribuição;
- 4) Defasagem tecnológica;
- 5) Redução da base de clientes;
- 6) Ataques cibernéticos ou quebra de segurança.



CONTEXTO DO SETOR



A história do gás natural no Brasil: um longo caminho até o mercado aberto e competitivo

O mercado de gás natural passa por grandes transformações no Brasil e para entender o momento que vivemos, é válido contextualizar a história da indústria do gás natural no país.

As origens do uso do gás no Brasil remontam à década de 1940, a partir da descoberta no Recôncavo Baiano. Há quem relate que a história do combustível começa ainda com as instalações das primeiras lâmpadas a gás em 1854, no Rio de Janeiro. Um histórico que começou muito antes da criação da Petrobras S.A. (Petrobras), em 1953, quando o Governo Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a empresa para explorar em caráter monopolista todas as etapas da indústria do petróleo.

O monopólio sobre as atividades das indústrias de petróleo, derivados e gás natural no Brasil foi detido pela Petrobras até 1995, quando foi aprovada a Emenda Constitucional nº 9, que flexibilizou esse monopólio estatal da União. Depois, em 1997, a chamada “Lei do Petróleo” (Lei nº 9.478) regulamentou o disposto constitucional e representou um significativo avanço na abertura do mercado, atraindo investimentos de agentes privados. A mesma lei estabeleceu os princípios da política energética, criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Entretanto, o setor de gás natural não sofreu alterações de fato em sua estrutura, o que resultou na permanência da Petrobras como agente monopolista.

Doze anos depois, em 2009, uma legislação específica para a indústria do gás natural, até então tratada de maneira associada à do petróleo, se consolidava em âmbito nacional. Conhecida como a “Lei do Gás”, a Lei nº 11.909/2009 foi publicada para tratar das especificidades do setor – transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás em todo o país - e promover a atração de novos agentes de mercado. Contudo, mais de dez anos depois, ela não foi suficiente para atingir os objetivos inicialmente desejados.

A partir de 2015, a Petrobras redefiniu seu posicionamento estratégico em relação ao setor de gás natural, anunciando que reduziria sua participação no mercado. Na sequência, iniciou alguns processos de desinvestimentos de ativos na área, o que representou grande oportunidade para a revisão do marco legal e regulatório setorial - imprescindível para garantir uma adequada transição de um mercado dominado por um único agente supridor para um com múltiplos agentes. Diante disso, em junho de 2016, foi lançada a iniciativa Gás para Crescer pelo Governo Federal, que contou com a participação nas discussões de agentes da indústria do gás natural, órgãos governamentais, sociedade civil e universidades. Foi nesse ambiente que se deu a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 10/2016 que estabelece as diretrizes estratégicas para o desenho de um novo mercado de gás natural, visando a formação de um mercado líquido, competitivo e que contribuisse para o desenvolvimento do País.

As propostas da iniciativa Gás para Crescer foram posteriormente incorporadas no substitutivo do Projeto de Lei nº 6.407/2013, apresentado em dezembro de 2017 na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. No entanto, o parecer não chegou a ser votado. Em 2018, foi publicado o Decreto nº 9.616/2018, adotando aquelas medidas da iniciativa passíveis de implementação por meio dessa regulamentação. Dessa forma, as alterações foram feitas no Decreto nº 7.382/2010, que regulamenta a Lei do Gás.

Em 2019, com uma nova estratégia, o Governo Federal instituiu o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural no Brasil, por meio da Resolução CNPE nº 4/2019, com competências para propor medidas de estímulo à concorrência no mercado, encaminhar recomendações de diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas e propor ações de promoção de boas práticas regulatórias. Como resultado, o CNPE aprovou a Resolução nº 16/2019, estabelecendo diretrizes e até definindo como de interesse da Política Energética Nacional medidas estruturais e comportamentais para serem observadas pelo agente que ocupe posição dominante no setor de gás natural. A Resolução ainda recomendou ao Ministério de Minas e Energia que, em articulação com o Ministério da Economia, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), monitore a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás.

Em julho de 2019, o Governo Federal lançou o programa “Novo Mercado de Gás”, visando à formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, promovendo condições para redução do seu preço, além de contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Além disso, outro significativo movimento de mercado se consolidou neste primeiro trimestre de 2021, com o Projeto de Lei nº 6.407/2013 - “Nova Lei do Gás” - sendo aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado para sanção presidencial.

De maneira geral, a “Nova Lei do Gás” contempla as seguintes e principais mudanças:

- **Atividade de transporte de gás natural:** alteração do atual regime de concessão para o de autorização, simplificando o processo de ampliação da malha de gasodutos do país;
- **Garantia de acesso às infraestruturas essenciais:** a atual Lei do Gás (Lei nº. 11.909/09) não obriga o acesso de terceiros às instalações de gasodutos de escoamento da produção, unidades de tratamento e processamento de gás natural (UPGNs) e terminais de regaseificação de GNL (gás natural liquefeito). A nova lei assegurará o acesso não discriminatório e negociado.
- **Independência e Autonomia:** a nova Lei estabelece que o transportador deve construir, ampliar, operar e manter os gasodutos de transporte com independência e autonomia em relação aos agentes que exerçam atividades concorrenciais da indústria de gás natural. Além disso, proíbe a existência de relação societária direta ou indireta de controle ou de coligação, entre transportadores e empresas ou consórcios de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural.
- **Modelo de Entradas e Saídas no Transporte:** Outra alteração relevante estabelece que a malha de transporte de gás natural adotará o modelo de entradas e saídas, cujas capacidades poderão ser contratadas independentemente uma das outras. Nesse novo modelo, supridores contratariam a entrada enquanto que as distribuidoras, consumidores livres e autoprodutores contratariam a saída, buscando-se por um cenário com mais flexibilidade para contratação de múltiplos supridores.



Além disso, em 2020, destacam-se outros relevantes eventos associados ao processo de abertura de mercado do país:

- Assinatura de aditivo contratual da Petrobras com a estatal boliviana YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), reduzindo suas importações do volume atual de 30,08 MMm³/d para 20,00 MMm³/d, permitindo que o excedente de volume de gás natural possa ser comercializado diretamente pela YPFB com outros agentes do mercado no Brasil.
- Concluída a venda da participação remanescente de 10% da Petrobras na TAG (Transportadora Associada de Gás S.A.). Iniciada a fase vinculante da venda da participação remanescente de 10% da Petrobras na NTS (Nova Transportadora do Sudeste S/A).
- Iniciada fase vinculante da venda da Petrobras de sua participação de 51% na Gaspetro (Petrobras Gás S.A.), detentora de participações em 19 das 27 distribuidoras de gás canalizado do país, incluindo na Compagas.
- Oferta de produtos de serviços de transporte de curto prazo pela TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A).
- Avanço no processo de arrendamento pela Petrobras do Terminal de GNL (Gás Natural Liquefeito) da Bahia, que contou com 10 empresas inscritas e 3 participando da concorrência.

Apesar do avanço na busca pela abertura de mercado promovida ao longo dos últimos anos, uma série de barreiras e desafios ainda precisam ser superados para de fato atingirmos um mercado mais maduro, dinâmico e com a participação de vários agentes, como por exemplo, a necessidade de expansão de infraestrutura de gasodutos no país, segurança regulatória e tributária para os novos agentes de mercado e maior clareza quanto ao planejamento energético do país, visando garantir o sinal econômico necessário para a atração de mais investimentos em toda a cadeia do gás natural.

Chamada Pública de Suprimento das Distribuidoras do Centro-Sul

Nesse ambiente inicial de abertura do mercado, em 2018, a Compagas lançou sua primeira Chamada Pública para Recebimento de Propostas de Suprimento de Gás, em uma ação conjunta com as distribuidoras do Centro-Sul - MSGÁS (Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul), GasBrasileiro (Gás Brasileiro Distribuidora), a SCGÁS (Companhia de Gás de Santa Catarina), e SULGÁS (Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul). O objetivo foi agregar escala e comunicar aos potenciais supridores as formas de contratação que melhor refletem as necessidades e características específicas dos mercados locais dessas distribuidoras, que em conjunto distribuem cerca de 9 milhões de m³ de gás diariamente e representam 15% do mercado de distribuição gás no Brasil.

Durante o processo, o grupo recebeu mais de 50 propostas de 15 empresas diferentes – desde players globais a produtores locais. Como resultado, as distribuidoras assinaram novos Contratos de Suprimento de Gás Natural junto a Petrobras, único supridor que apresentou condições efetivas de fornecimento às empresas demandantes, com prazos de término previstos entre 2021 e 2023, buscando permitir a compatibilização das compras futuras com a abertura do mercado. A Compagas repactuou seu contrato com a Petrobras em condições mais favoráveis ao contrato anterior, originalmente, com vigência prevista até dezembro de 2021.

A contratação da Petrobras por todas as distribuidoras participantes, reflete a necessidade de maior desenvolvimento regulatório do setor no Brasil, a partir da elaboração e amadurecimento de regimentos e mecanismos de mitigação de riscos, em especial para as atividades de escoamento, processamento e transporte de gás natural, fazendo com que a estrutura do negócio permita a diversificação de fontes e agentes supridores, e consequentemente, estimulando maior expansão de infraestrutura, mais dinamismo e competitividade ao setor. A Chamada Pública foi encerrada em setembro de 2020.

Pela clara demonstração de interesse por parte de potenciais supridores da indústria mundial e local, conclui-se que a efetiva abertura do mercado se mostra viável do ponto de vista do interesse comercial, e por isso as distribuidoras se organizaram para a realização de um novo processo para a busca de novas alternativas de suprimento ao longo de 2021. Assim, no dia 1º de março, as distribuidoras do Centro-Sul lançaram uma nova chamada pública para aquisição de gás natural, com um volume projetado em mais de 6,7 milhões de m³/dia até 2024, o que vem atraindo a atenção de um número expressivo de novos agentes e potenciais supridores.

O lançamento da CP22 – como é denominado o processo – contempla um potencial de contratação para o período 2022/2023 de até 3,5 milhões de m³/dia, com o objetivo de complementar os volumes parcialmente já contratados pelas distribuidoras para atendimento de seus mercados cativos neste período. A partir de 2024, os volumes são indicativos e projetam o atendimento potencial total dos mercados das distribuidoras participantes do processo.

Expectativas da Compagas para o Mercado de Gás

A Compagas, assim como outras distribuidoras do país, é favorável à abertura do mercado, respeitados os Contratos de Concessão existentes e observados os critérios que promovam o desenvolvimento da infraestrutura nas áreas de atuação. Assim, reconhece a relevância das iniciativas que buscam ampliar a concorrência e trazer maior transparência para o setor e espera que tais movimentos permitam uma maior competitividade nos preços praticados, de forma que beneficiem todos os consumidores e contribuam para a aceleração da expansão da rede de distribuição, o que é fundamental para aumentar a participação e consolidar o gás natural na matriz energética nacional.

De acordo com dados da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) em todo o país são mais de 3,8 milhões de consumidores de gás natural nos segmentos residencial, comercial, industrial e automotivo. A extensão das redes de distribuição de gás canalizado ultrapassa a marca dos 38 mil quilômetros em todos os estados e o volume movimentado superou a marca de 70 milhões de m³/dia em 2020.



DESEMPENHO COMPAGAS



RESULTADOS OPERACIONAIS



DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ

O volume de gás natural distribuído pela Compagas em 2020 alcançou a média anual de 1.557.858 m³/dia. O total distribuído foi 8% maior que o registrado no ano de 2019 e teve influência do despacho termelétrico pela Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA). No volume destinado ao mercado não térmico, a Companhia teve uma redução de 35%, alcançando uma média anual de 881.745 m³/dia, impactado pela hibernação da Araucária Nitrogenados e pela redução das atividades comerciais devido à pandemia da COVID-19.

A fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados era responsável por cerca de 30% do total de gás natural distribuído pela Companhia no Paraná. A hibernação da planta, localizada no município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, era prevista para o segundo semestre do ano, mas foi antecipada para o mês de fevereiro por uma decisão da Petrobras. A medida resultou na interrupção da produção local, afetando diretamente a distribuição de gás pela Compagas, além de impactar outras áreas do Estado.

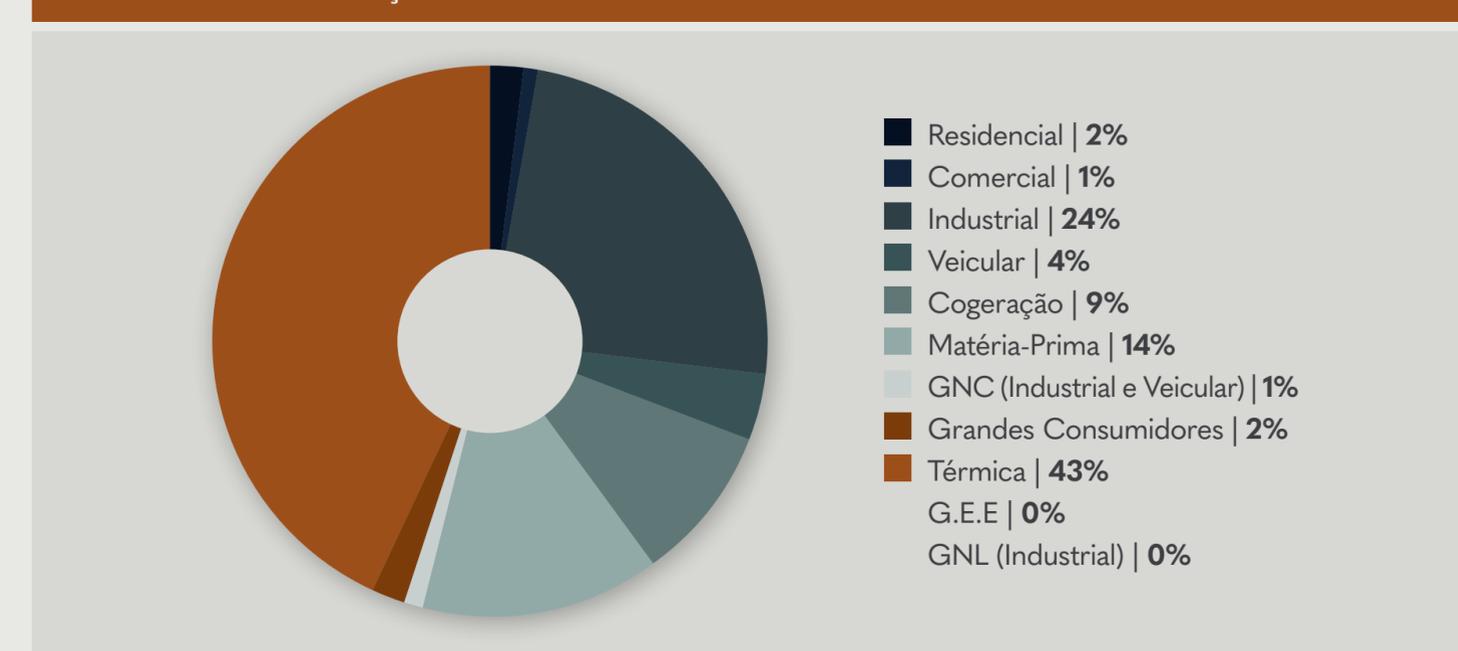
A pandemia da COVID-19 também afetou o volume distribuído no Paraná. A partir de março, a queda no consumo foi superior a 30%, com o fechamento das empresas, comércios e diminuição das atividades. O segmento comercial, um dos mais impactados pela pandemia, registrou a maior queda no consumo, superando a marca de 30% na média anual.

DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ _ 2019 | 2020

Segmentos	2019 (m³/dia)	2020 (m³/dia)	Var. %
Residencial	30.556	31.646	4%
Comercial	18.545	12.664	-32%
Industrial	414.695	377.219	-9%
Veicular	79.088	54.791	-31%
Cogeração	160.953	144.819	-10%
Matéria-Prima	191.281	210.388	10%
Geração de Energia Elétrica	550	491	-11%
GNC (Industrial e Veicular)	17.214	17.614	2%
GNL (Industrial)	24.912	0	-
Grandes Consumidores	431.120	32.132	-93%
Total mercado não térmico	1.368.914	881.745	-35%
Térmica	68.050	676.113	895%
Total DISTRIBUIÇÃO	1.436.965	1.557.858	8%

O volume distribuído está representado no gráfico abaixo:

PARTICIPAÇÃO NO VOLUME MÉDIO DIÁRIO POR SEGMENTO EM 2020 (%)



Na comparação nacional, o volume distribuído pela Companhia correspondeu a 2,3% do total de gás natural canalizado distribuído no país. Entre os estados do Sul, a Compagas foi responsável por 25,06% do volume de gás natural canalizado. O comparativo foi realizado entre as distribuidoras do país a partir dos dados extraídos do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, organizado pelo Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia (MME).



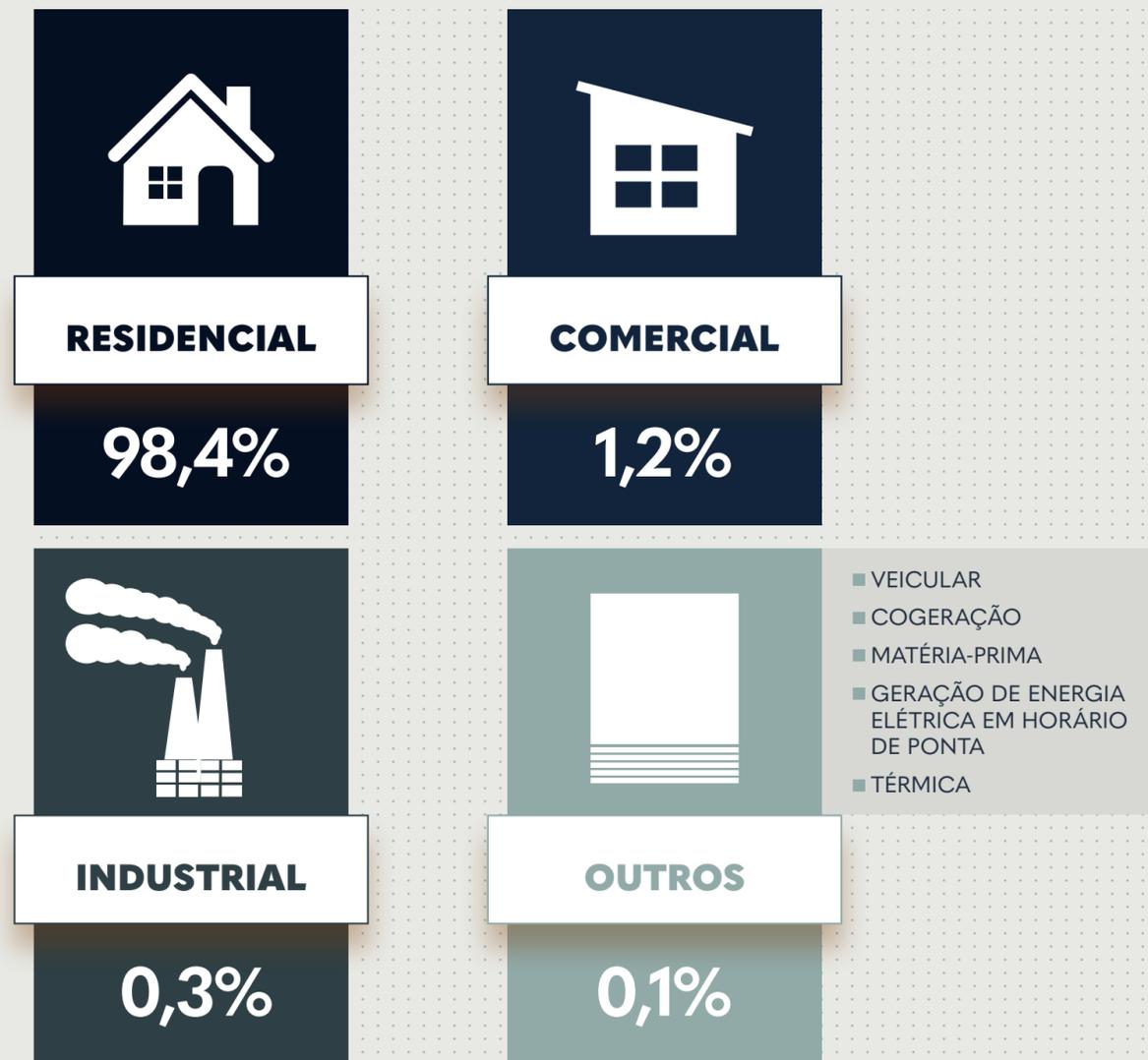
Clientes e mercados atendidos

O número de clientes atendidos cresceu 4% em 2020 com a entrada de mais de 2 mil novos clientes. Em 31 de dezembro de 2020 eram 49.335 consumidores atendidos nos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração, matéria-prima e geração de energia elétrica.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO – 2019/2020

Segmentos	2019	2020	2020 2019
Residencial	46.434	48.541	5%
Comercial	581	573	-1%
Industrial	174	172	-1%
Veicular	32	33	3%
Cogeração	2	2	0%
Matéria-Prima	3	3	0%
G.E.E (Geração de Energia Elétrica)	4	4	0%
GNC (Industrial e Veicular)	6	6	0%
GNL (Industrial)	0	0	-
Grandes Consumidores	1	0	-
Total mercado não térmico	47.237	49.334	4%
Térmica	1	1	0%
Total DISTRIBUIÇÃO	47.238	49.335	4%

COMPOSIÇÃO DA BASE DE CLIENTES DA COMPAGAS



Industrial

A utilização de gás natural para fins industriais - Industrial, Cogeração, Matéria-prima, Geração de Energia Elétrica e Grandes Consumidores -, correspondeu, em 2020, a cerca de 50% do volume total distribuído pela Companhia. Considerando apenas o mercado não térmico, os consumidores industriais foram responsáveis pelo maior consumo e juntos representaram cerca de 90% do total, com um volume que ultrapassa a marca dos 770 mil m³/dia.

No ano marcado pela pandemia da COVID-19, todos precisaram se adaptar aos movimentos da economia e, para auxiliar, em especial o segmento industrial, a Compagas buscou um acordo comercial junto ao supridor para a suspensão das cláusulas de encargos de capacidade e retirada mínima mensal (*"Take or Pay"* - *TOP* e *"Ship or Pay"* - *SOP*) e para flexibilizar condições de pagamento do insumo adquirido. O acordo permitiu também à Compagas uma maior flexibilização na negociação juntos aos seus clientes, com a oferta de condições diferenciadas para quitação das faturas de forma a proporcionar que os setores impactados se adequassem às variações de demanda no momento atípico e desafiador que o nosso Estado e País enfrentavam, com evidentes repercussões sobre a atividade econômica e sobre o nível de consumo de gás em diversos segmentos – especialmente na indústria, comércio e automotivo.

No ano, a Compagas iniciou o fornecimento de gás natural para seis novos consumidores, entre eles a Rubbernew, instalada em Pinhais, a Methal Company, em Fazenda Rio Grande, e a Ponta Grossa Ambiental, em Ponta Grossa.

Veicular

O Gás Natural Veicular (GNV) oferece maior economia e segurança aos seus usuários, principalmente para aqueles que percorrem grandes distâncias diariamente, como frotistas, motoristas de táxis e aplicativos. No segundo semestre de 2020, para incentivar o mercado que também sofreu com os impactos da pandemia, a partir do mês de agosto, a Compagas reduziu em 13,29% as tarifas de gás e sugeriu que fosse praticado um preço de R\$ 2,899/m³ nos postos. Com isso, os motoristas puderam contar com uma economia de mais de 50% em relação aos combustíveis líquidos, além do desconto de 70% no valor do IPVA – no Paraná para os carros não convertidos para o GNV, a alíquota do IPVA é de 3,5% do valor do carro; para carros convertidos, a alíquota é de somente 1%.

A frota de veículos com gás natural no Paraná é de cerca de 38 mil veículos, de acordo com o Setor de Estatística do Detran/PR. Atualmente, 37 postos de combustíveis comercializam o GNV distribuído pela Companhia no Paraná.



Residencial

O número de clientes atendidos no segmento residencial cresceu 5% e passou de 46.434 em 2019 para 48.541 em 2020. O incremento é de mais de 2,1 mil novas unidades domiciliares com o gás natural disponível para utilização. Como consequência do crescimento do mercado residencial, o volume de gás canalizado distribuído ao setor também foi maior. A alta registrada foi de 4% em relação a 2019, ultrapassando a marca dos 31 mil m³/dia na média anual.

Em 2020, no ano totalmente atípico para diversos segmentos de negócio, o mercado de New Housing, que abrange os novos empreendimentos e as construtoras, teve crescimento e o movimento teve impacto na Compagas, que registrou recorde de contratações.

De 1º de janeiro a 31 de dezembro foram firmados 48 novos contratos, o que representa mais de 2,5 mil novas unidades domiciliares. No acumulado do segmento, a Compagas conta com mais de 70 contratos, que somam 3,7 mil unidades em empreendimentos que serão ligados pela Companhia no período de 2021 a 2025. O número de contratos fechados em 2020 é o maior já registrado pela Compagas.

Comercial

O mercado comercial que abrange diferentes setores da economia, como panificadoras, lavanderias, restaurantes, hospitais, hotéis, shoppings, entre outros, no ano de 2020 foi um dos mais impactados pela pandemia da COVID-19. Ao passo que alguns estabelecimentos não pararam, outros tiveram que fechar suas portas, interromper atendimentos e se reinventar para superar a crise. No ano, o segmento registrou o fechamento de comércios e a retração no consumo do gás canalizado. Em alguns meses do ano, essa redução chegou a patamares de 50% em relação a 2019 e, na média anual, o consumo foi 32% menor que no período anterior.

RELACIONAMENTO COM CLIENTES E CONSUMIDORES

Como referencial estratégico, nossos clientes são a razão da nossa existência e para eles dedicamos nossos talentos. Esse Foco no Cliente é dado em cada atendimento e em todo o relacionamento executado pela Compagas.

A interação com clientes e consumidores se dá por plataformas on-line, por meio telefônico e atendimento presencial. Nos últimos anos, a agência Compagas Virtual se tornou um dos principais canais de atendimento da Companhia. Todos os mercados atendidos - residencial, comercial, industrial e veicular – possuem acesso à plataforma digital para emissão de fatura, atualização de cadastro, histórico de consumo, orientações para débito automático e extrato de quitação de débitos.

Os telefones 3004-3400 e 0800 643 8383 estão disponíveis a todos os consumidores e também à sociedade de forma geral, inclusive para atendimentos de emergência. De forma periódica são realizadas pesquisas de satisfação no atendimento telefônico, como forma de aprimorar a prestação do serviço e em 2020 o índice foi de 95,7%, com alta de 1,45% em relação a 2019.

NÚMEROS DO ATENDIMENTO EM 2020



Mais de
43,4 mil
contatos
telefônicos
recebidos



Mais de
4 mil
solicitações do
Fale Conosco
(site Compagas)



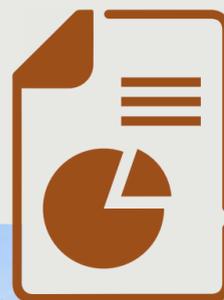
Mais de
350
atendimentos
presenciais



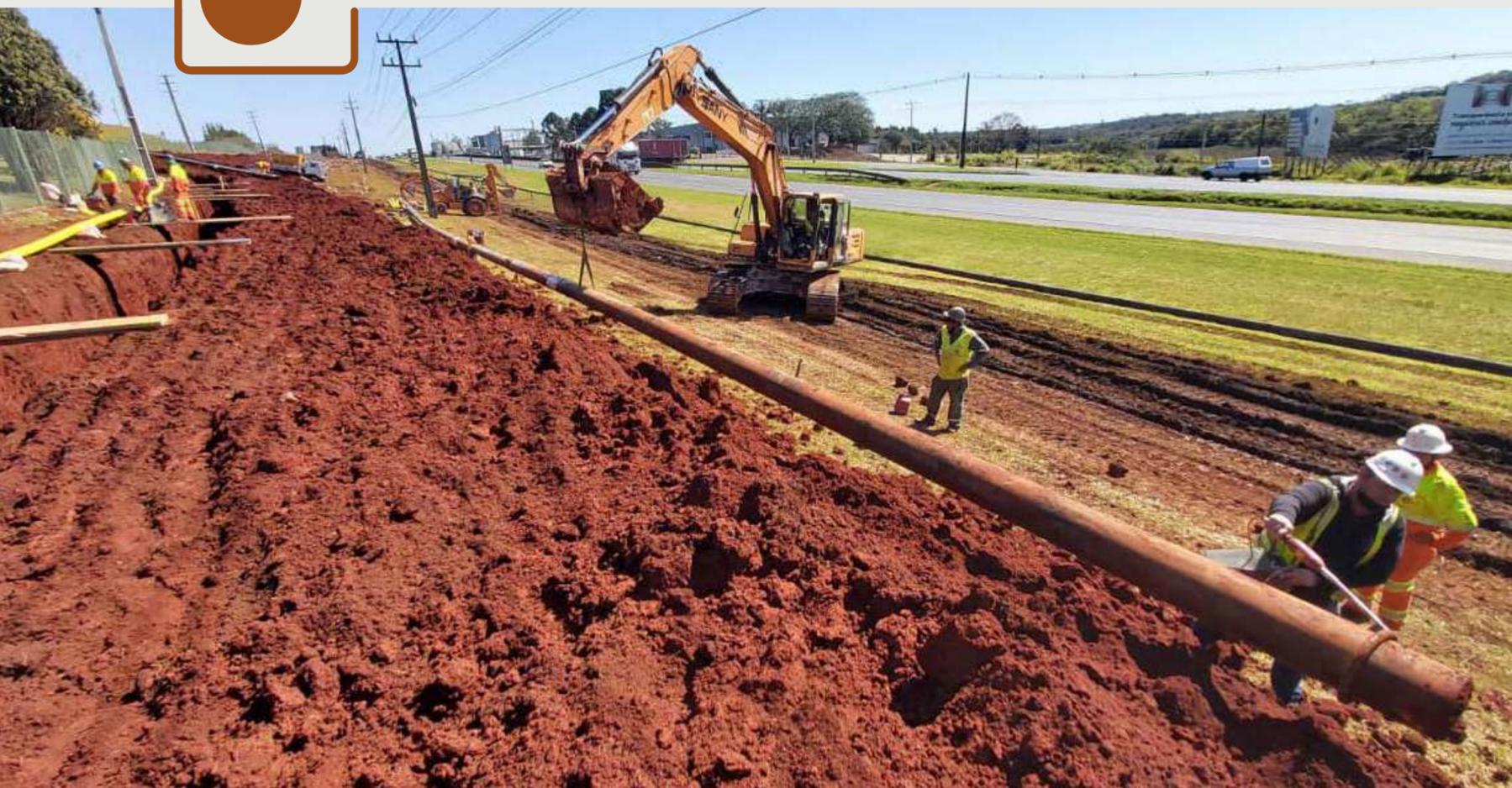
Total de
55,4 mil
manifestos gerados no
sistema; redução de
22% em comparação
a 2019



95,7%
é o índice de
satisfação registrado
em 2020 no
atendimento
telefônico



INVESTIMENTOS

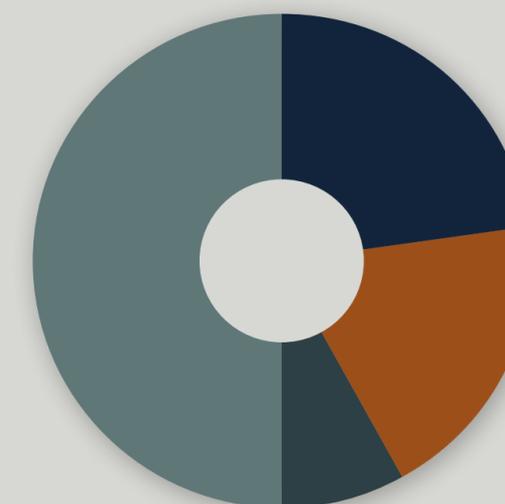


Em 2020, a Compagas investiu cerca de R\$ 14,8 milhões em projetos de saturação e integridade de rede para expandir a sua atuação nas regiões já atendidas pela rede de distribuição de gás canalizado e aumentar a eficiência operacional.

Do total, R\$ 7,4 milhões foram direcionados a projetos de saturação dos mercados urbano e industrial. Para atendimento ao mercado urbano R\$ 3,3 milhões foram investidos na construção da rede de distribuição e na ligação de clientes residenciais e comerciais. No segmento industrial, cerca de R\$ 2,8 milhões foram utilizados para a execução de ramais e em projetos para ligação dos novos clientes.

Mais de R\$ 1,2 milhão foram destinados às obras de integridade de rede com o objetivo de garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural a todos os clientes da Companhia. Outros R\$ 7,5 milhões foram investidos na otimização de atividades administrativas e em Sistemas e Tecnologia da Informação.

DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS



- Saturação Urbano | 23%
- Saturação Industrial | 19%
- Integridade de Rede | 8%
- Administrativo e TI | 50%



RESULTADOS FINANCEIROS

Com vistas a garantir a perenidade do negócio, a Compagas vem desenvolvendo ações e projetos que buscam ampliar sua atuação de forma rentável, com excelência em custos, processos e qualidade. Tais medidas impactaram nos resultados econômicos e financeiros de 2020. Os dados apresentados refletem a evolução dos últimos cinco anos.

RESUMO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R\$/MIL)

	2016	2017	2018	2019	2020	Var% 2020/2019
Volume não térmico (mil m ³ / ano)	476.284	422.180	434.460	499.654	322.719	-35%
Volume térmico (mil m ³ /ano)	-	42.000	41.998	24.838	247.457	895%
Receita Líquida	498.705	462.321	565.904	756.650	524.225	-31%
Gás comprado para revenda	-325.268	-309.352	-427.669	-610.644	-362.081	-41%
Custeio	84.963	92.701	-78.841	-66.614	-61.523	-8%
Outras receitas e (despesas) operacionais ⁽¹⁾	57.736	-110.502	67.275	172.244 ⁽²⁾	-28.049	-116%
Lucro Líquido	4.951	65.570	82.527	186.015	59.624	-68%
EBITDA	30.682	170.771	126.668	251.636	72.765	-71%
Remuneração dos acionistas	1.176	15.573	19.600	44.179	84.634	92%
Dividendos por lote de mil ações	0,03	0,43	0,54	1,23	2,35	92%
Passivo	227.424	189.791	199.397	299.997	218.795	-27%
Ativo Total	527.052	539.165	607.673	846.490	702.067	-17%
Patrimônio Líquido	299.628	349.374	408.276	546.493	483.272	-12%

(1) Outras receitas e despesas operacionais são constituídas, principalmente, de provisões e estimativas, entre as quais, constituição e reversão de impairment e ajuste a fair value dos créditos oriundos das operações de venda e aquisição de gás.

(2) Além dos itens citados acima, em 2019 o resultado foi impactado principalmente pelos créditos de tributos a compensar por conta do trânsito em julgado de ação sobre a não incidência do PIS/COFINS sobre o ICMS.

Receita Líquida

Em 2020, a Compagas obteve uma receita líquida de R\$ 524,2 milhões. A queda de 31% em relação ao ano anterior decorre da redução do volume não térmico distribuído pela Companhia, impactado pela paralisação da fábrica da Araucária Nitrogenados, no início de 2020, que representava cerca de 30% do volume comercializado pela Compagas e também pela retração das atividades econômicas devido à pandemia da COVID-19.

Geração de Caixa – EBITDA

O EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) apresentou uma redução de 71% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao impacto registrado em 2019, oriundo dos créditos de tributos a compensar por conta do trânsito em julgado de ação sobre a não incidência do PIS/COFINS sobre o ICMS.

Custeio

A Compagas vem executando ações que visam a adequação das suas operações de acordo com a realidade atual do mercado e também em alinhamento às projeções futuras. Além disso, em 2020, impactada pela pandemia da COVID-19, realizou um número menor de serviços de terceiros para a conversão de unidades domiciliares para o uso do gás natural canalizado, reduziu custos administrativos e adiou a realização de projetos, sendo que tais medidas impactaram diretamente no custeio, que refletiu em uma redução de 8% em relação a 2019.

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 59,6 milhões em 2020. A queda de 68% em relação ao ano anterior foi impactada, principalmente, devido ao impacto registrado em 2019, oriundo dos créditos de tributos a compensar por conta do trânsito em julgado de ação sobre a não incidência do PIS/COFINS sobre o ICMS, pelo resultado de outras receitas e despesas operacionais e pelo menor volume de distribuição de gás natural canalizado durante o ano.

Aspectos Patrimoniais

Do lucro líquido verificado no exercício de 2020, no valor de R\$ 59,6 milhões, apurado de acordo com a legislação societária, a Administração propõe para distribuição aos acionistas, o montante de 25% do lucro, após a destinação para Reserva Legal.

Audidores Independentes

Em conformidade com o art.3º da Lei nº 11.638/2007 e com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que realizou auditoria nas contas do exercício de 2020 por meio de contrato com a Mazars Auditores Independentes S/S, o qual contempla a prestação exclusiva de serviços de auditoria independente, que resultaram na aprovação das Demonstrações Financeiras, todas sem ressalvas.

Adicionalmente, a Compagas recebeu as auditorias internas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e as independentes encaminhadas pelos acionistas para o acompanhamento da atividade e consolidação dos seus balanços.

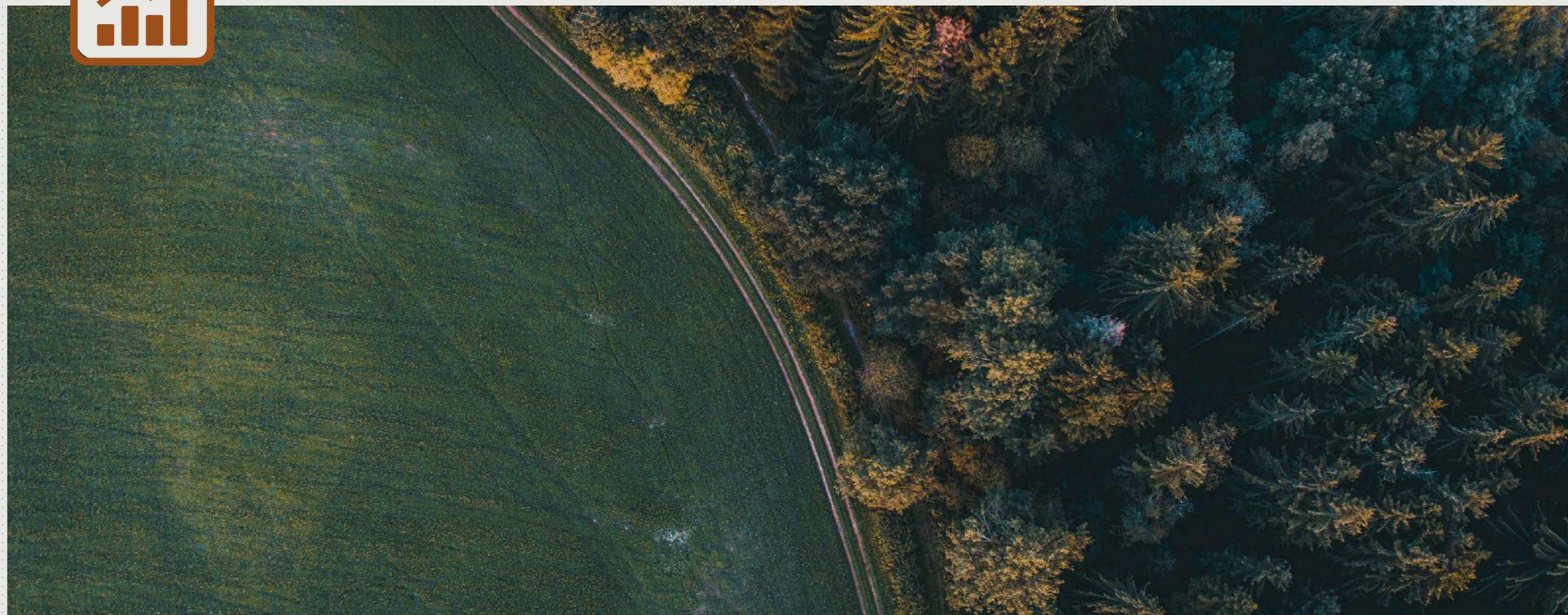




RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



Em atendimento à Lei 13.303/2016, artigo 8º, inciso IX, a Compagas publica seu Relatório de Sustentabilidade visando a prestação de contas de forma transparente para todos os seus públicos de relacionamento, bem como a apresentação dos impactos sociais, ambientais e econômicos na operação da rede de distribuição de gás natural.



GESTÃO DO CAPITAL HUMANO



A Compagas encerrou 2020 com 161 colaboradores, incluídos os empregados concursados, comissionados, aprendizes, estagiários, cedidos e diretores. Todos os empregados da Companhia estão cobertos por Acordo Coletivo de Trabalho e possuem contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A Companhia se orienta no relacionamento com todas as pessoas que exercem atividades na Companhia e em nome dela por meio do seu Código de Conduta e Integridade. É o Código que estabelece os princípios norteadores e as condutas íntegras para as relações da Compagas e permite aos seus empregados, administradores e contratados balizar suas atitudes.

A Compagas manteve uma agenda de benefícios competitivos com os existentes no mercado e que a diferencia de outras empresas por acreditar que o bem-estar de seus colaboradores reflete em melhores resultados para o seu negócio. No âmbito da qualificação, a Companhia proporcionou diferentes treinamentos além de bolsas de estudo para aprendizado de língua estrangeira e pós-graduação, visando estimular o desenvolvimento das pessoas atendendo às necessidades e interesses da Companhia.

Novo Plano de Cargos e Salários

Com o objetivo de obter um plano salarial com estrutura harmônica aos interesses econômicos e financeiros da Companhia, uma política justa e competitiva, baseada na meritocracia e ainda possibilitar a flexibilização da gestão de sua estrutura, a Compagas revisou o seu Plano de Cargos e Salários e implantou o novo modelo em 2020. O novo documento foi aprovado pelos órgãos competentes e está vigente na Companhia, cabendo a todos os administradores e colaboradores o seu cumprimento.

Para a revisão, um grupo multidisciplinar atuou no processo – o que trouxe uma visão ampla e de diferentes áreas da empresa. A metodologia utilizada foi a de cargo amplo, que por meio da análise dos macroprocessos, consiste em agrupar atividades de natureza semelhante, responsabilidades e qualificações técnicas convergentes. Esta metodologia traz benefícios tanto para o empregado quanto para a empresa.

Dentre as vantagens aos colaboradores está a maior possibilidade de migração funcional, para atuar em funções mais condizentes com seu perfil, o que pode proporcionar maior satisfação profissional. Para a Companhia, entre os pontos positivos estão a flexibilidade da gestão de pessoas, o melhor emprego das competências individuais e ainda uma melhoria da produtividade.

Avaliação de Desempenho

Em 2020, em busca da melhoria e do desenvolvimento dos seus colaboradores, foi retomado o processo de Avaliação de Desempenho, contemplando as etapas de autoavaliação, avaliação individual pelos gestores e avaliação conjunta (gestores com seus funcionários). O objetivo do processo é promover uma avaliação geral sobre os comportamentos e resultados, sobre os pontos de melhoria e promover planos de ação que promovam o desenvolvimento profissional dos colaboradores.

Revisão da Estrutura Organizacional

Uma nova reformulação na estrutura organizacional foi realizada no final de 2020. Foi implantada uma Gerência de Regulação, algumas coordenações passaram por revisões com alterações nos profissionais que coordenam atividades e outras foram criadas, como por exemplo, a Coordenação de Proteção de Dados, em atenção à Lei nº 13.709/2018. As alterações têm como premissas a integração dos processos e o aumento da efetividade e da eficácia das ações da Companhia.

Quadro de Colaboradores		2020	PERFIL DO CAPITAL HUMANO E DIVERSIDADE			
			% de homens e mulheres, % de empregados por faixa etária			
Quadro Próprio		142		4	abaixo de 30 anos	2,82%
Aprendiz		2		67	de 30 a 50 anos	47,18%
Diretores		3		30	acima de 50 anos	21,13%
Cedido		2		1	abaixo de 30 anos	0,70%
Cargo em Comissão		5		36	de 30 a 50 anos	25,35%
Estagiários		7		4	acima de 50 anos	2,82%
Total		161				

COLABORADORES POR GÊNERO

	100	HOMENS	70%
	42	MULHERES	30%

% DE COLABORADORES COM FUNÇÕES DE CONFIANÇA POR GÊNERO

	24	HOMENS	67%
	12	MULHERES	33%

TAXA DE ABSENTEÍSMO (*)

2016	3,26%
2017	3,15%
2018	2,05%
2019	1,91%
2020	3,48%

(*) A taxa de absenteísmo considera as ausências justificadas e injustificadas, excluindo férias e licenças especiais, de todos os funcionários, exceto diretores, gerentes e assessores.

COVID-19, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

O ano marcado pela pandemia da COVID-19 exigiu empenho de toda a Compagas para garantir a prestação do serviço essencial da distribuição do gás canalizado, com eficiência e segurança. Foram adotadas todas as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades de saúde para preservar os colaboradores, os clientes e a sociedade nas regiões de atuação da Companhia.

Neste esforço coletivo para o enfrentamento ao novo vírus, desde o início da pandemia, uma série de ações foram implantadas na Companhia. Sem prejuízo das atividades, o trabalho remoto foi concedido aos colaboradores enquadrados nos grupos de risco e para as áreas administrativas. Com o intuito de ampliar a segurança daqueles que atuam em campo e que não puderam ser deslocados ao trabalho remoto, foram realizados testes sorológicos para identificação da doença e de anticorpos de forma periódica. Todos os colaboradores foram e estão em monitoramento constante a respeito do estado de saúde e apresentação de sintomas relacionado à COVID-19 e para os casos suspeitos, é realizado o exame RT-PCR, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde como referência (padrão ouro) no diagnóstico da COVID-19.

A Compagas entregou aos seus colaboradores máscaras faciais e álcool em gel para proteção individual. A sede administrativa e as bases operacionais foram equipadas com produtos de higiene para uso daqueles que permaneceram em trabalho presencial. Orientações gerais sobre o uso obrigatório de máscara facial nas dependências da Companhia, higiene frequente das mãos e principais objetos de uso com álcool e distanciamento foram e continuam sendo repassadas a todos colaboradores.

Também com foco na prevenção e na saúde, a Compagas antecipou para o mês de abril, a Campanha de Vacinação contra a Gripe que contemplou todos os colaboradores e seus dependentes, além de terceirizados que atuam nas dependências da empresa.

Desde o dia 11 de março de 2020, quando foi decretada a pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde, até o dia 31 de dezembro de 2020, a Compagas não parou. Contou com a energia de todos os seus colaboradores para prestar o serviço essencial da distribuição de gás canalizado aos mais de 49 mil clientes. As tarefas são diárias e realizadas em todos os setores da Companhia, seja por aqueles que trabalham à distância ou por quem está na linha de frente, nas ruas e na operação diária da rede.

Mantendo o foco na saúde dos colaboradores, foi dada continuidade ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), realizado em Parceria com a Fundação Copel. Em 2020, todos os funcionários do quadro próprio realizaram consultas e exames para diagnóstico de possíveis situações de risco à capacidade e produtividade no trabalho.

Com as restrições impostas na circulação de pessoas, a maioria dos colaboradores passou a ficar apenas em casa e a qualidade de vida foi severamente afetada. Para oferecer um apoio neste quesito, foi criado um informativo relacionado à prática de exercícios de relaxamento, sobre autoconhecimento, nutrição e vida saudável. O objetivo foi proporcionar, por meio da comunicação, conteúdos para uma vida mais leve e que oriente para a mudança de hábitos ao novo ambiente que vivemos.



SEGURANÇA

A Compagas está comprometida com a segurança de suas redes de distribuição, com a proteção do meio ambiente e com a integridade física de todos os envolvidos em suas atividades. Todo o trabalho deve acontecer de forma preventiva para identificar, avaliar e gerenciar riscos e impactos, a fim de reduzir ou eliminá-los. Educar, capacitar e conscientizar todos os envolvidos em suas operações é uma das premissas estabelecidas na Política de Saúde, Meio Ambiente e Segurança.

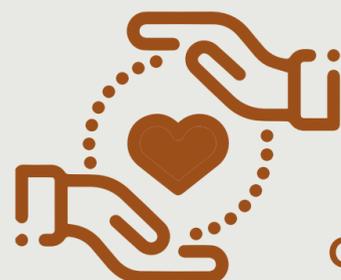
De acordo com esses princípios, em 2020, a equipe de Segurança do Trabalho da Compagas realizou inspeções em todas as obras e serviços da Companhia e também identificou e quantificou os principais atos e condições inseguras, possibilitando ações corretivas e reduzindo assim a probabilidade de acidentes. As atividades em campo foram realizadas por funcionários ou terceiros que tenham participado de treinamentos sobre procedimentos relacionados à saúde e segurança no trabalho e da exposição dos riscos para as atividades realizadas. Cursos de formação e de reciclagem da Norma Regulamentadora (NR) nº 33, que trata dos requisitos para identificação e atuação em espaços confinados, foram ministrados para técnicos da Compagas pela própria equipe de Segurança do Trabalho – este modelo tem se mostrado efetivo pois foi elaborado a partir das necessidades e particularidades do trabalho com a operação da rede de gás, além das normas e práticas adotadas pela Companhia.

Indicadores	2016	2017	2018	2019	2020
Óbitos	0	0	0	0	0
Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamentos - TFCA	3,33	0	0	0	0
Taxa de Gravidade - TG	3,33	0	0	0	0

(*) TFCA: número de acidentes com funcionários/milhão de hh

(**) TG: número de dias perdidos/milhão de hh.

Visando a segurança da rede de distribuição e da comunidade em geral, em 2020 a Compagas deu continuidade ao Programa de Prevenção de Danos na Rede de Distribuição de Gás Natural. As ações foram realizadas para empresas que executam atendimento e serviços de obras de água e esgoto, tanto de caráter eletivo quanto emergenciais, e em terceirizadas de empresas de telecomunicação que atuam em obras de instalação de fibra óptica, em sua maioria realizadas pelo método não destrutivo (MND), em Curitiba e Região Metropolitana. O objetivo é repassar orientações sobre a sinalização e a integridade da rede de gás natural a fim de evitar interferências e a interrupção no fornecimento do combustível.



CAPITAL SOCIAL

As ações da Compagas são pautadas em diretrizes que visam a valorização das contribuições das comunidades nas regiões de inserção dos negócios da Companhia, a promoção do diálogo transparente, regular e estruturado com acionistas, clientes e consumidores, fornecedores, órgão regulador, governo e comunidade, considerando suas demandas, prioridades e expectativas, o incentivo do uso seguro, eficiente e sustentável dos seus produtos e serviços e a promoção da responsabilidade social. Estas orientações estão mapeadas na Política de Sustentabilidade e que se aplicam a toda a Compagas.



RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

COMPAGAS e Você: Juntos pela Vida!

Para auxiliar no combate à COVID-19 no Paraná, em especial, na ampliação da capacidade de testes nas unidades de saúde do Estado, foi lançada a Campanha Compagas e Você: Juntos pela Vida! que convidou os clientes a participarem da ação solidária por meio da adesão ao débito automático e da fatura digital e contou com uma doação da Companhia no valor de R\$ 500 mil. O valor foi utilizado para a compra de material de testes RT-PCR, considerados padrão ouro pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Foram disponibilizados pela Compagas 128.800 unidades do swab de fibra sintética ao Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), instituição vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que atualmente tem trabalhado no processamento e análise de testes visando o fortalecimento e a integração das ações de vigilância e controle da COVID-19. O IBMP foi responsável pela disponibilização dos kits de testes RT-PCR às Secretarias Municipais da Saúde, considerando as orientações da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

A ação da Compagas coincidiu com a fase inicial do programa de testagem em massa do Governo do Paraná, nos meses de junho e julho de 2020. A finalidade desta ação também está intimamente ligada à função social da Companhia ao promover e auxiliar a preservação do bem-estar da comunidade na qual a empresa se insere. Destaca-se ainda que o apoio à realização dos testes em massa foi uma forma de dar segurança à população para a retomada das atividades e reacelerar a economia paranaense.

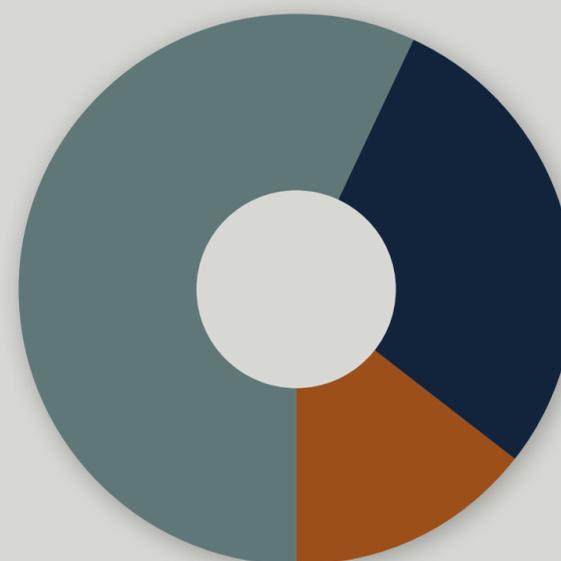
Investimentos Sociais por meio de Incentivos Fiscais

Como forma de contribuir para a melhoria e o desenvolvimento das comunidades em que atua, a Compagas selecionou cinco projetos para o recebimento de patrocínio incentivado em 2020. A destinação total foi de cerca de R\$ 340 mil e beneficiará projetos voltados às áreas da saúde, esporte e cultura. Ao apoiar ações ligadas à promoção do esporte e de amparo à saúde e de inclusão, a Companhia se envolve ainda mais com a comunidade, entendendo seus desejos, suas necessidades reais, e reforça a vocação de ser uma empresa feita por pessoas e para as pessoas.

Os projetos selecionados são: “UCP II – Instrumentalizando a Unidade de Cuidados Prolongados”, do Pequeno Cotoengo do Paraná – Dom Orione; “Projeto Acolhendo a Vida – Cuidando dos Bebês da UTI Neo-Natal”, do Hospital Nossa Senhora das Graças - Maternidade Mater Dei; “NÍVEA – Núcleos de Iniciação ao Voleibol Escolar de Araucária”, da Associação dos Servidores da Prefeitura do Município de Araucária; “Projeto Anual do Museu Oscar Niemeyer”, da Associação dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer; e “Projeto Cultural Plano Anual do Museu Paranaense”, da Sociedade de Amigos do Museu Paranaense (SAMP).

Os projetos apoiados estão enquadrados em leis e programas de incentivo fiscal - Lei de Incentivo ao Esporte; Fundo para a Infância e Adolescência; Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Cultura – e atendem a Política de Patrocínio da Companhia (documento que estabelece os critérios para aprovação das propostas e que está disponível no site da empresa) e o Decreto Estadual nº 1.715/2015.

% DE INVESTIMENTOS EM 2020



■ Cultura | **57,1%**
■ Ações Sociais | **28,6%**
■ Esporte | **14,3%**

Os patrocínios incentivados, de caráter institucional, voltados à responsabilidade socioambiental, cultura, esporte, desenvolvimento, integração e sustentabilidade regional, ou outros temas que sejam convergentes com a missão institucional e com os interesses da Compagas, têm por objetivo o fortalecimento e a valorização da imagem corporativa em conjunto com a promoção do desenvolvimento social e sustentável. A regulamentação para cadastro e seleção de projetos incentivados está disponível no site compagas.com.br.



Acervo da Albatroz Arquitetura, Construção e Restauo

Ações Socioambientais

A Compagas realiza a gestão do seu negócio de forma sustentável, ciente de que a construção da infraestrutura da rede de distribuição de gás canalizado proporciona o surgimento de impactos, os quais podem e devem ser mitigados. Para tanto, a Companhia realiza ações com o objetivo de mitigar os impactos socioambientais ocasionados durante as obras e converter estes efeitos em benefícios para a população local e para o meio ambiente.

Neste contexto, a ação em andamento se refere à medida compensatória referente ao projeto de ampliação da rede distribuição de gás natural executada nos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Castro entre os anos de 2014 e 2016. Trata-se da construção da Reserva Técnica do Museu do Tropeiro, em Castro. A medida é proveniente de um Termo de Compromisso firmado pela Companhia junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o espaço será destinado a garantir a preservação das peças do acervo museológico que não estão em exposição.

No ano de 2020, a Compagas deu continuidade à primeira fase da medida compensatória referente à construção da Reserva Técnica. Foram finalizados e aprovados pelo IPHAN e pela Coordenação Estadual do Patrimônio Cultural, o anteprojeto e o projeto básico da mencionada estrutura e, encontra-se em avaliação final o respectivo projeto executivo. Concluída esta etapa, a Companhia viabilizará a segunda fase da medida compensatória com a efetiva construção da Reserva Técnica.

Órgão Regulador

A atividade de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná é regulada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR, que detém a competência, dentre outros, de fiscalização sobre o serviço de distribuição e análise dos reajustes e revisões tarifárias.

Gestão de Compras e Fornecedores

Os fornecedores representam um público estratégico para a Compagas, considerado com atenção no modelo de gestão para o desenvolvimento das melhores práticas e para o alcance da eficiência operacional. Como uma sociedade de economia mista, a Compagas está sujeita a legislações que normatizam as ações de seleção de fornecedores, sendo as mesmas realizadas conforme os editais de licitação e cláusulas contratuais, e em cumprimento às legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental.

Todas as contratações são regidas pela Lei das Estatais, nº 13.303/2016, conforme o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em vigor desde o ano de 2018.



CAPITAL DE INFRAESTRUTURA

A Companhia encerrou o ano de 2020 com uma rede de distribuição de gás de 842 km, atendendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Carambeí, Castro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Palmeira, Pinhais, Ponta Grossa, Quatro Barras e São José dos Pinhais. Esta rede, composta de 469 km de aço carbono e de 372 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), foi construída de acordo com as normas e regulamentos técnicos, para oferecer segurança e um elevado grau de confiabilidade no abastecimento. Além do atendimento através da rede de distribuição, o gás natural está presente em Paranaguá e Arapoti por meio do Gás Natural Comprimido (GNC).

Visando o fornecimento contínuo de gás natural, a Compagas realizou diversas ações de manutenção da rede de distribuição do combustível, incluindo manutenção preventiva, inspeções e sinalizações, atuação em interferências de terceiros, sistemas de medição e proteção catódica, as quais contribuíram para a redução dos períodos de descontinuidade no fornecimento de gás natural e no tempo de atendimento de cada interrupção.



TECNOLOGIA EM OPERAÇÃO

A melhoria contínua é um dos Valores da Compagas e é também um dos pilares que devem nortear as ações de todos na Companhia. Na área Operacional, além da busca pela melhoria constante, inovação e tecnologia caminham lado a lado.

Nos últimos anos, uma série de ações foram desenvolvidas com o objetivo de melhorar os processos que envolvem a supervisão e o monitoramento da rede de distribuição de gás natural e o trabalho de medição e leitura. São projetos que trouxeram ganhos econômicos e, principalmente, maior confiabilidade, agilidade e segurança no tratamento de dados e informações relacionadas ao consumidor e ao próprio faturamento da Companhia.

Sistema Supervisório

O Supervisório é um sistema da Compagas que visa facilitar a interação entre o usuário e os processos de operação da rede de distribuição de gás natural. Ele permite um acompanhamento em tempo real das condições de fornecimento do gás natural em 120 pontos da rede de distribuição que estão localizados estrategicamente e cobrem mais de 93% do volume total distribuído pela Companhia. Entre os dados acompanhados em tempo real pelo sistema em cada ponto monitorado estão o consumo, a pressão, nível de bateria, válvulas, temperatura e níveis de odorização do gás. No sistema também é possível visualizar gráficos dinâmicos e históricos de cada dado armazenado.

O acompanhamento funciona em formato de controle distribuído, ou seja, é possível acessar o sistema pelo celular ou de qualquer dispositivo móvel - o que coloca a Companhia entre as principais na utilização desta tecnologia entre as concessionárias de gás do país. Para a implantação deste projeto a Compagas já investiu cerca de R\$ 4 milhões e a instalação de todos os pontos mapeados deve ser finalizada no primeiro trimestre de 2021.

Além de ser amplamente utilizado pela área de Operações da Compagas para a supervisão da rede de distribuição, os maiores clientes da Companhia, que possuem o sistema em suas estações de medição e redução de pressão (EMRP) podem ter acesso aos dados da sua estação em tempo real, direto pelo celular, e, no futuro, há possibilidade de uso desta interface para programação de consumo de gás. O sistema supervisório pode ser acessado pelo site scada.compagas.com.br mediante login e senha previamente cadastrados. O acesso pode ser solicitado pelo e-mail medicao@compagas.com.br.

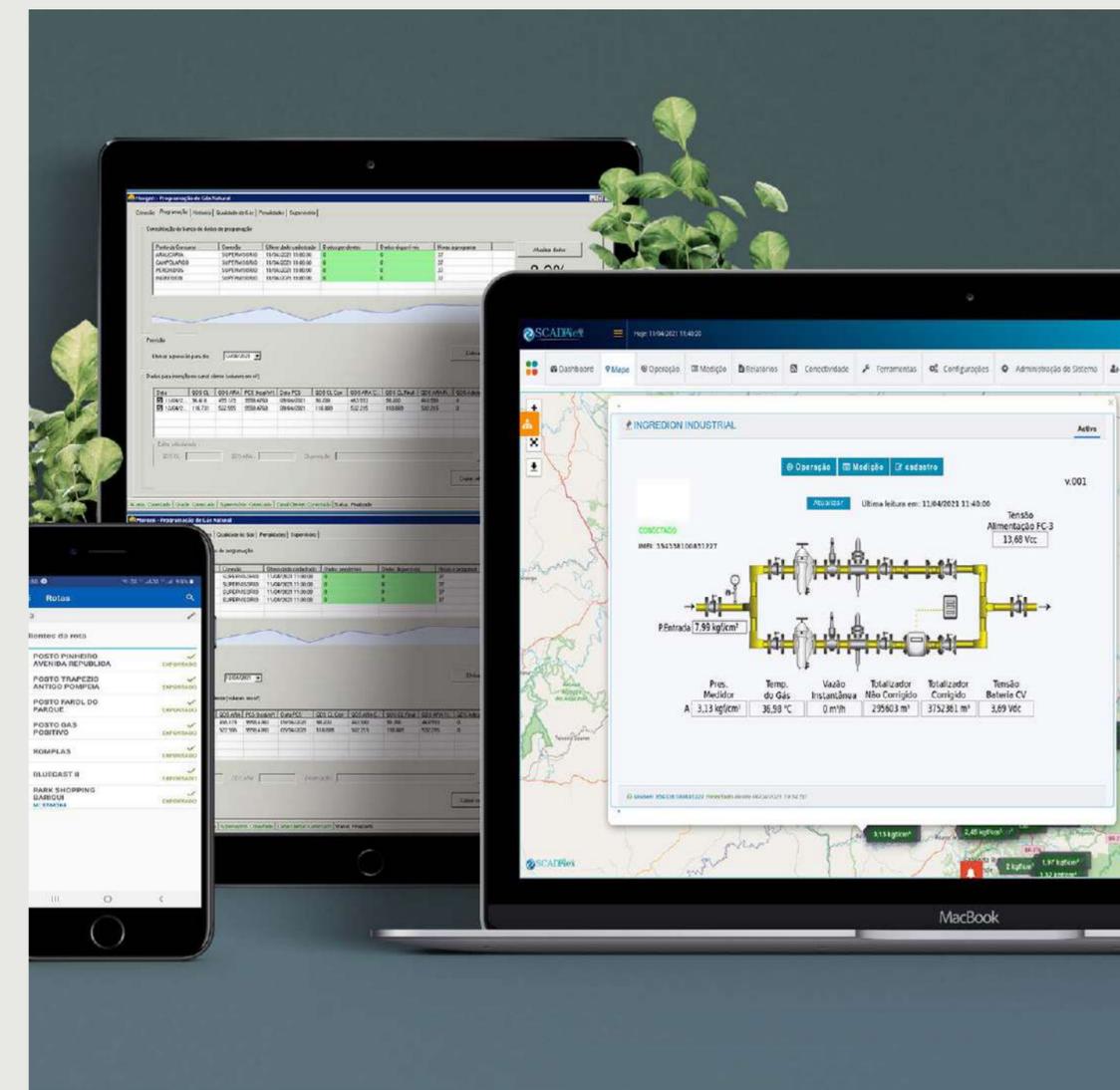
MORGEN – Inteligência Artificial para confiabilidade e segurança

Confiabilidade, segurança na informação e eficiência também foram premissas para a construção do Morgen. De origem alemã, o nome traz o significado de “Amanhã” e traduz um pouco do processo que o sistema batizado executa na Companhia.

Diariamente, a Compagas precisa informar para o supridor qual será o volume de gás natural a ser utilizado no dia, com o maior grau de precisão possível, podendo incorrer em penalidades com o erro de programação. O Morgen foi criado para avançar e inovar neste processo: a função dele é prever os volumes da Compagas. Na prática, o sistema capta o histórico de volume do city gate (período passado até o presente momento) e, por meio de técnicas de machine learning (inteligência artificial) constrói um modelo matemático para realizar uma previsão do volume futuro. Esse cálculo é feito diariamente – incluindo sábados, domingos e feriados.

Ele também é programado para a inteligência. Para aprimorar cada vez mais a programação dos volumes futuros, o Morgen insere todos os dados registrados em um banco de informação, adquire dados do Sistema Supervisório e monta um comparativo com o programado versus o executado. Essa programação garante que, por meio de tecnologias modernas e atuais, ele aprimore sua inteligência do perfil de consumo para determinados dias ou períodos do ano que podem sofrer variações em função de demandas ou de temperaturas, por exemplo. O sistema também faz a leitura de parâmetros de qualidade do Gás Natural diretamente do banco de dados do supridor.

Como resultados, com a implantação do projeto Supervisório e com o Morgen, a Compagas conquistou uma maior visão da operação da sua rede, ampliou a captação de dados em tempo real, o que contribuiu para uma maior assertividade na programação e uma economia de até 80% com as penalidades contratuais por erro de dados.



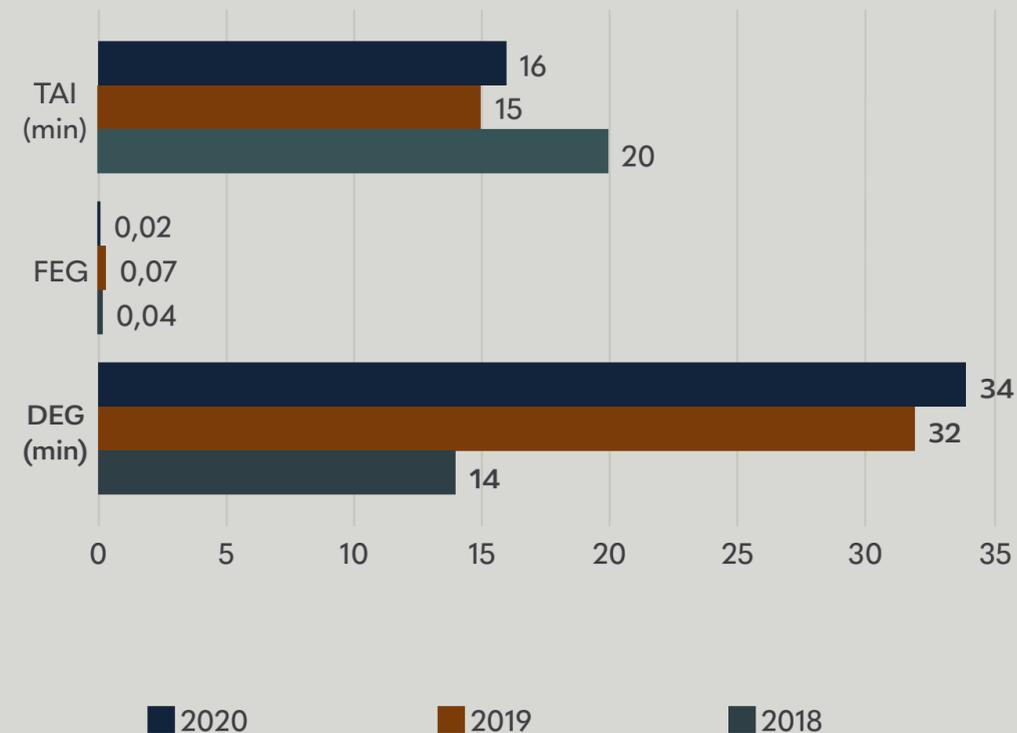
Indicadores Operacionais

A qualidade de fornecimento, medida por indicadores de desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado, conhecidos como DEG (Duração Equivalente de Interrupção de Gás) e FEG (Frequência Equivalente de Interrupção de Gás) obtiveram índice de 34 minutos e de 0,02, respectivamente – os limites estabelecidos pela Companhia para os indicadores são: DEG em 30 minutos e FEG em 0,10. Destaca-se que estes indicadores foram afetados por um único incidente ocorrido no mês de janeiro na rede de distribuição por interferência de terceiros.

Ao longo do ano, outros sete incidentes na rede de distribuição de gás natural foram atendidos pela equipe de emergência da Companhia, no entanto, o uso de novas técnicas operacionais, como a de pinçamento dos dutos, influenciou para a não interrupção no fornecimento de gás natural ao cliente final. Além disso, é relevante a aproximação entre a Compagas e as principais empreiteiras responsáveis por obras de saneamento nas regiões de atuação da empresa para evitar possíveis interferências.

O tempo de atendimento de interrupção (TAI) no fornecimento do combustível atingiu 16 minutos – ficando estável em relação ao ano anterior e bem abaixo do limite definido que é de 1 hora.

INDICADORES OPERACIONAIS



As perdas técnicas de gás são inerentes ao processo de manutenção e operação da rede de distribuição além de considerar as diferenças de medição entre o volume de gás contratado junto ao supridor e o medido em todas as unidades consumidoras. Em 2020, as perdas representaram 0,25% do volume total faturado no ano.

Licenças Operacionais e Estudos Ambientais

A Compagas instala e opera suas redes de acordo com as legislações ambientais, assim, em 2020, a Companhia obteve do Instituto Água e Terra (IAT) a renovação das Licenças de Operação dos ramais Araucária/Curitiba/São José dos Pinhais e São José dos Pinhais II, e Licenças Ambientais Simplificadas para a execução de ramais nos municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Pinhais, Quatro Barras e São José dos Pinhais. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) de Curitiba concedeu oito Licenças de Instalação e quatro de Operação para a rede de distribuição de gás. Entre as licenças estão contempladas a licença de instalação do ramal para atendimento ao Club Athletico Paranaense e a de operação do ramal do Posto Pinheiro.

Ao longo de 2020 foram desenvolvidos os Planos de Controle Ambiental para a execução de prolongamentos da rede de distribuição. No total foram oito planos para ramais de atendimento a consumidores do segmento comercial e industrial nos municípios de Araucária, Curitiba, Pinhais, Ponta Grossa, Quatro Barras, e São José dos Pinhais.



CAPITAL NATURAL

Pautada na promoção da eficiência ecológica e no uso sustentável dos recursos naturais, de forma a preservar a biomassa e os serviços ecossistêmicos, a Compagas realiza a gestão das suas atividades assumindo o compromisso com o desenvolvimento sustentável, de acordo com a política de Sustentabilidade e práticas de Governança Corporativa.

Inventário de Gases de Efeito Estufa

A Compagas realiza monitoramentos para quantificar as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. Em 2020, o total representou uma redução de 44% em relação ao ano de 2019.

EMISSÕES EM TONELADAS MÉTRICAS DE CO2 EQUIVALENTE (TCO2E)

Emissões referentes à purgas, manutenções e incidentes na rede com vazamento de gás	4.199,53 tCO2e
Emissões decorrentes da utilização de combustíveis (GNV, diesel e gasolina), além da recarga de extintores de incêndio	103,73 tCO2e
Total	4.303,26 tCO2e

Resíduos

Para minimizar a geração de resíduos sólidos e, conseqüentemente, a diminuição do consumo de recursos naturais e a emissão atmosférica, a Compagas executa há 11 anos o Programa de Gerenciamento de Resíduos para a destinação final adequada dos materiais reutilizáveis e não-reutilizáveis. Lâmpadas, pilhas e baterias, eletrônicos, além de resíduos (como estopas, filtros e outros sólidos contaminados) são separados para o descarte adequado.

Nos últimos anos, com a missão de educar e conscientizar toda a Companhia para a separação e destinação adequada do resíduo administrativo gerado diariamente – papel, plástico, metal, vidro e orgânicos – a Comissão da Coleta Seletiva Solidária desenvolve diversas ações. Destaca-se que os materiais recicláveis são direcionados às associações e cooperativas com o intuito de contribuir com a geração de renda e melhoria das condições de trabalho dos catadores.

O Dia Mundial da Limpeza, comemorado em 19 de setembro, também contou com ação especial da Compagas em 2020. A ação mundial visa promover a mobilização de voluntários para a limpeza de cidades, bairros, parques, praças, casas e escritórios e o objetivo da Companhia foi incentivar todos os colaboradores a participarem do movimento. Para tanto, a empresa executou o recolhimento de itens que são mais complexos de serem descartados no ambiente, como medicamentos vencidos, óleo usado, resíduos eletrônicos, pilhas, baterias e lâmpadas, e em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo encaminhou para a destinação adequada.

Consumo de Água e Energia

Em 2020, o consumo de água das unidades administrativas e bases operacionais da Compagas no Paraná alcançou um total 473 m³ e uma redução de 31% em relação ao volume utilizado em 2019. A fonte de todo o consumo foi o abastecimento municipal. O consumo total de energia elétrica foi de 264.594 kWh. Em relação a 2019, a Companhia registrou um aumento de 15%.

Consumo de Combustíveis

A tabela a seguir apresenta os valores de consumo de combustíveis da Companhia.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS		
Tipo de Combustível	Unidade	Consumo
Gás Natural	m ³	17.422
Diesel	litros	2.087
Gasolina	litros	24.037



O consumo de combustíveis em 2020 aumentou 25% frente a 2019. A alta é observada em todos os tipos de combustível utilizado pela Companhia: no uso do Gás Natural o crescimento foi de 10%, no uso o diesel, de 73%, e na utilização da gasolina, de 32%.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da Companhia Paranaense de Gás – Compagas Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás - Compagas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

i) Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita da Companhia é decorrente da distribuição de gás natural canalizado, por meio da concessão para exploração dos serviços públicos, conforme descrito e demonstrado nas notas explicativas 1 e 18. Devido à complexidade na captura, processamento e registro das transações e a grande dependência dos sistemas de tecnologia e de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossa abordagem de auditoria baseou-se em testes substantivos, incluindo:

- (i) avaliação do desenho dos controles implementados no processo de vendas, faturamento e contas a receber, bem como a sua efetividade operacional ao longo do exercício;
- (ii) inspeção em bases de amostragens dos recebimentos subsequentes de faturas;
- (iii) análise das receitas não faturadas considerando o processo de mensuração realizado pela administração;
- (iv) testes documentais em transações de receita, para uma amostra de lançamentos contábeis registrados na rubrica de receita, levando em consideração relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; e
- (v) avaliação se as divulgações incluídas nas notas explicativas estão apropriadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que são consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as práticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

ii) Ativos de concessão - ativo financeiro e ativo intangível

Considerando que a Companhia é uma concessionária de serviços públicos, ela incorre em gastos de modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, que são registrados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo do contrato de concessão.

A determinação dos gastos que se qualificam como ativo intangível no contexto do contrato de concessão, incluindo os custos de empréstimos gerais e específicos atribuíveis à construção ou aquisição do ativo intangível, e a identificação da data correta do início da operação do ativo para o início de sua amortização, e consequente paralisação da capitalização de juros, requerem esforço da administração para garantir a existência, procedência e correto registro dos gastos atribuíveis ao intangível e sua correspondente amortização.

Em razão dos aspectos acima mencionados e considerando a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria relacionados à existência e aos valores reconhecidos no exercício incluíram, entre outros:

- (i) inspeção, com base em amostragem, das documentações que evidenciam os gastos com ampliação da rede;
- (ii) análise de capitalização dos juros, quando aplicável;
- (iii) análise da data de início da operação dos ativos e a análise da classificação entre intangível (gastos que gerarão benefícios econômicos em anos subsequentes) e despesa.

Para as obras em curso durante o exercício de 2020, efetuamos a inspeção de documentos, em base amostral, que comprovam a ocorrência de gastos adicionados aos ativos até 31 de dezembro de 2020.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que os gastos incorridos estão suportados por documentos e são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás - Compagas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, com base nos quais emitiram relatório em 31 de janeiro de 2020, tendo emitido opinião sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia Paranaense de Gás - Compagas é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia Paranaense de Gás - Compagas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Paranaense de Gás - Compagas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Paranaense de Gás - Compagas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e; emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2021.

MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP023701/O-8 PR

ÉVERTON ARAKEN PAETZOLD
Contador CRC PR 47959/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	110.659	141.696	Fornecedores	11	3.393	5.715
Contas a receber de clientes	6	56.151	98.238	Contas a pagar partes relacionadas	11 e 15	38.574	77.319
Contas a receber de partes relacionadas	6 e 15	2.935	1.601	Debêntures	17	20.252	34.547
Estoques		932	842	Impostos a pagar	12	8.880	59.719
Impostos a recuperar	8	33.356	69.473	Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar		6.887	6.640
Créditos nas operações de venda de gás	7	49.918	1.412	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.4	84.634	44.178
Despesas antecipadas		201	232	Passivo de arrendamentos	25	1.984	1.698
Outros ativos		580	401	Outros passivos		8.541	6.375
		<u>254.732</u>	<u>313.895</u>			<u>173.145</u>	<u>236.191</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	5	8.042	7.894	Debêntures	17	-	20.236
Créditos nas operações de venda de gás	7	53.178	135.000	Benefícios a empregados	16	10.121	8.846
Impostos a recuperar	8	53.364	75.459	Provisão para contingências	13	634	549
Despesas antecipadas		44	66	Passivo de arrendamentos	25	12.468	13.791
Depósitos judiciais		86	124	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.3	22.428	20.982
Ativos financeiros da concessão	10.2	189.416	144.813			<u>45.651</u>	<u>64.404</u>
Intangível	10.3	129.884	154.332	Patrimônio líquido			
Direito de uso de ativos	25	13.321	14.907	Capital social	14.1	220.966	220.966
		<u>447.335</u>	<u>532.595</u>	Reservas de lucro		264.395	326.675
				Ajuste de avaliação patrimonial		(2.090)	(1.746)
Total do ativo		<u><u>702.067</u></u>	<u><u>846.490</u></u>			<u>483.271</u>	<u>545.895</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>702.067</u></u>	<u><u>846.490</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida - venda de gás e serviços	18	524.225	756.650
Receita de construção	18	<u>7.438</u>	<u>12.153</u>
Total da receita líquida		531.663	768.803
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(407.452)	(656.873)
Custo de construção	19	<u>(7.438)</u>	<u>(12.153)</u>
Lucro bruto		<u>116.773</u>	<u>99.777</u>
Despesas com vendas	19	(8.417)	(11.626)
Despesas gerais e administrativas	19	(39.194)	(39.609)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	<u>(28.049)</u>	<u>172.213</u>
Lucro antes das (despesas) receitas financeiras, imposto de renda e contribuição social		41.113	220.755
Receitas financeiras	21	45.249	57.449
Despesas financeiras	21	<u>(3.439)</u>	<u>(10.680)</u>
		41.810	46.769
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>82.923</u>	<u>267.524</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9.1	(21.677)	(65.541)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9.1	<u>(1.622)</u>	<u>(15.968)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>59.624</u></u>	<u><u>186.015</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do período	59.624	186.015
Perda atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(520)	(1.935)
Tributos sobre perda atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	<u>176</u>	<u>658</u>
Resultado abrangente do período	<u>59.280</u>	<u>184.738</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		220.966	30.044	158.601	-	(469)	409.142
Resultado atuarial líquido		-	-	-	-	(1.277)	(1.277)
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	186.015	-	186.015
Destinações:							
Constituição de reserva legal		-	9.301	-	(9.301)	-	-
Dividendos obrigatórios	14.4	-	-	-	(47.985)	-	(47.985)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	128.729	(128.729)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		220.966	39.345	287.330	-	(1.746)	545.895
Dividendos adicionais				(105.710)	-		(105.710)
Resultado atuarial líquido		-	-	-	-	(344)	(344)
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	59.624	-	59.624
Destinações:							
Constituição de reserva legal		-	2.981	-	(2.981)	-	-
Dividendos obrigatórios	14.4	-	-	-	(16.194)	-	(16.194)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	40.449	(40.449)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		220.966	42.326	222.069	-	(2.090)	483.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		59.624	186.015
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização	10.3	31.652	30.880
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9	23.300	81.509
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	238	1.063
Perda (ganho) para ajuste de preço nas operações de compra de gás		22.572	(39.487)
Provisão para contingências	13 e 16	1.360	2.979
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures		645	1.194
Variações monetárias sobre ativo financeiro		(34.591)	(9.181)
Resultado na baixa do intangível		(96)	(29)
		<u>104.704</u>	<u>254.943</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) de aplicação financeira		(148)	(355)
Redução (aumento) de contas a receber de clientes e outras		40.515	(3.389)
(Aumento) redução de estoques		(90)	1.135
Redução (aumento) de tributos a recuperar		38.124	(132.255)
Redução (aumento) de créditos nas operações de compra gás		10.744	(2.194)
Redução (aumento) de depósitos judiciais		38	(35)
Redução (aumento) de despesas antecipadas		53	(3)
(Aumento) redução de outros ativos		(179)	23
(Redução) de fornecedores de gás e contas a pagar		(41.067)	(42.592)
(Redução) de impostos a pagar		(30.933)	(65)
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e encargos sociais		247	(332)
Pagamento de juros		(484)	(1.445)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(21.672)	(22.127)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		1.033	2.026
Aumento de outras contas a pagar		823	1.425
		<u>101.708</u>	<u>54.760</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo intangível	10	(17.216)	(17.600)
Alienação do intangível	10	96	69
		<u>(17.120)</u>	<u>(17.531)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(79.414)	(19.600)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	25	(1.033)	(2.026)
Recursos provenientes da emissão de debêntures		-	43.000
Pagamento de encargos		(2.409)	(1.188)
Pagamento de debêntures		(32.769)	(5.874)
		<u>(115.625)</u>	<u>14.312</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento			
Aumento líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(31.037)</u>	<u>51.541</u>
No início do exercício		141.696	90.155
No fim do exercício		<u>110.659</u>	<u>141.696</u>
		<u>(31.037)</u>	<u>51.541</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receitas			
Venda de produtos e serviços		701.215	1.022.547
(-) ICMS - substituição tributária		(4.215)	(7.795)
Outras receitas		3.657	125.804
		<u>700.657</u>	<u>1.140.556</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(474.906)	(735.575)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.136)	(17.211)
Outros		(19.063)	(19.788)
		<u>(511.105)</u>	<u>(772.574)</u>
Valor adicionado bruto		<u>189.552</u>	<u>367.982</u>
Depreciação e amortização	10.3	(31.650)	(30.880)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>157.902</u>	<u>337.102</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	45.249	57.449
		<u>45.249</u>	<u>57.449</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>203.151</u>	<u>394.551</u>
Pessoal			
Remuneração direta		23.825	24.537
Benefícios		6.425	6.448
FGTS		1.422	1.374
		<u>31.672</u>	<u>32.359</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		31.591	60.398
Estaduais		76.488	105.169
Municipais		235	23
		<u>108.314</u>	<u>165.590</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, multas e variações monetárias		3.439	10.680
Aluguéis		102	(93)
		<u>3.541</u>	<u>10.587</u>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	16	2.640	22.608
Juros sobre o capital próprio		13.553	25.377
Lucros retidos		43.431	138.030
		<u>59.624</u>	<u>186.015</u>
Valor adicionado distribuído		<u>203.151</u>	<u>394.551</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1000, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06 de julho de 1994, podendo ser prorrogado mediante requerimento da Concessionária.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

O Estado do Paraná publicou a Lei Complementar nº 205 em 07/12/2017, trazendo nova interpretação quanto ao término do prazo da concessão, entendendo que o mesmo ocorreria em 20/01/2019. Em decorrência disso, a administração da Compagas, sua Controladora e demais acionistas questionaram os efeitos da referida lei por entenderem estar conflitante com os termos observados no atual contrato de concessão. Consequentemente, a Compagas ajuizou ação judicial questionando o vencimento antecipado da concessão e em 30/10/2018 foi concedida a tutela provisória de urgência antecedente favorável à Companhia, para reconhecer a validade da cláusula 1.1 do Contrato de Concessão, que estabelece o prazo contratual de 30 anos contatos do dia 06/07/1994, com término em 06/07/2024. A Companhia aguarda que seja proferida sentença nos autos do processo judicial. Em 04/12/2020, foi publicada a Lei Complementar n.º 227/2020, que alterou a Lei Complementar n.º 205/2017, revogando o seu artigo 15, que previa o término do prazo da concessão em 20/01/2019. Com a revogação do referido artigo, a administração entende que o término da concessão é em 06/07/2024.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui em 31/12/2020, uma rede de distribuição de 842 km e conta com 155 colaboradores.

1.1 Impacto da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Com base nas informações disponíveis até o momento, indicamos, em linhas gerais, os efeitos observados até o presente na demanda dos principais segmentos de operação da Companhia, desde o início das medidas de isolamento social, há aproximadamente 290 dias, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Importante reiterar que se tratam de indicativos observados até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Na comparação do exercício de dezembro de 2020 com dezembro de 2019, observa-se queda na demanda em função da pandemia, com impactos negativos principalmente nos segmentos industrial, comercial e veicular. Desde o início da crise (20/03/2020), a Compagas constatou uma redução média de cerca de 30% no seu volume de distribuição ao longo dos meses do exercício de 2020, impactando negativamente o indicador de receita operacional, porém, no encerramento do exercício, o volume vendido apresenta recuperação em valores próximos ao realizado em anos anteriores.

1.1.1 Perdas de crédito esperadas

As perdas de créditos esperadas são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis. Também é considerada a expectativa de perda sobre a carteira a vencer, mediante critérios definidos pela administração, as quais estão em linhas com nossa prática contábil adotada.

A Companhia considera o total registrado das perdas de crédito esperadas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e a estimativa decorrente dessa avaliação desde início da pandemia até 31 de dezembro é de R\$ 2.045.

1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

Na avaliação dos ativos não financeiros até o momento, não foram identificados indícios de comprometimento ou de perda de recuperabilidade desses ativos. Nessa avaliação, a administração considerou a recuperação das vendas no 2º semestre de 2020 e o controle de despesas que foi aplicado. A vida útil dos ativos leva em consideração a data de término do contrato de concessão, portanto, não há redução de vida útil.

1.1.3 Recuperação dos tributos diferidos ativos

As diferenças temporais que dão origem aos tributos diferidos foram avaliadas e mantêm a recuperabilidade inalterada devido a expectativa de realização dessas diferenças e de lucros futuros advindos da atividade da Companhia.

1.1.4 Valor justo de outros ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros estão avaliados pelo seu valor justo e representam o valor que se espera que sejam realizados na data de balanço. Adicionalmente, a Companhia monitora sua recuperabilidade, que se mantém inalterada no atual cenário de negócios.

1.1.5 Incertezas e julgamentos relacionados ao passivo de arrendamento

Os contratos de arrendamento da Companhia não tiveram alterações de premissas significativas que pudessem gerar impacto relevante nas demonstrações financeiras.

1.1.6 Benefícios pós-emprego

A Compagas possui programa de benefício pós emprego que consiste em Plano Previdenciário (Plano III) e Programa de Assistência à Saúde. O primeiro é um plano de contribuição definida em que o beneficiário monta sua poupança durante o período laboral e consome seus recursos na fase pós emprego. Este, sob a ótica das normas contábeis internacionais, é de benefício definido e a obrigação pós-emprego é limitada ao montante dos gastos projetados de aposentados e pensionistas sem correspondência contributiva dos mesmos. Nesse plano não há obrigação a ser reconhecida.

O segundo é um Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Compagas permite a continuidade da assistência àqueles que se retiram e a seus dependentes. A Compagas responde, igualmente, pelas eventuais insuficiências episódicas do programa. No atual cenário não foram identificadas variações decorrentes da pandemia que alterem as premissas atuariais que reflitam nas estimativas e que necessitem serem provisionados.

1.1.7 Liquidez

A demanda por gás natural no segmento Industrial sofreu redução de até 26% da QDR - Quantidade Diária Retirada entre o período de 20/03/2020 a 22/04/2020, e no mês de abril de 2020 algumas indústrias notificaram a Compagas, sinalizando impacto negativo no consumo de gás.

Diante deste cenário, em 20/03/2020, a Compagas notificou a Petrobras alegando a ocorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior decorrente da situação de calamidade pública causada pela pandemia de COVID-19 e solicitando a dispensa do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento. A Petrobras reconheceu que a situação se caracterizava como evento de Caso Fortuito ou Força Maior, informando a não incidência dos compromissos de retirada, bem como das penalidades por retirada a menor e a maior que a quantidade diária programada, enquanto durassem os efeitos negativos advindos da pandemia. Propôs, ainda, o diferimento das faturas de gás relativas à molécula dos meses de março a maio, sem encargos, o que foi aceito pela Compagas.

Adicionalmente, a Compagas diferiu o pagamento das parcelas do FGTS e INSS dos meses de abril, maio e junho de 2020, bem como com a compensação de tributos PIS/COFINS com créditos habilitados no final do ano de 2019. Todas essas ações buscaram preservar a liquidez da Companhia e minimizar os efeitos da pandemia.

Em 30/10/2020 a Petrobras notificou a Companhia considerando cessado o evento de Caso Fortuito ou Força Maior em razão do restabelecimento e estabilização do perfil de consumo da Compagas. Após complementares análises técnicas e suplementares revisões internas dos dados consolidados referentes aos impactos do evento de Caso Fortuito ou Força Maior (CFFM) decorrentes da pandemia de COVID-19 sobre os volumes de distribuição desta Companhia no âmbito do contrato NMG 2020/2023, destacadamente nos meses de novembro e dezembro de 2020, a Compagas, em 09/02/2021, reconheceu através de comunicação à Petrobras, o encerramento de seus efeitos desde 01/11/2020 retornando os contratos à sua execução regular a partir dessa data, reservando seu direito de invocar, novamente, a ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior e conseqüente dispensa do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento, nos termos contratuais.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2021 e sua divulgação será autorizada pelo Conselho de Administração.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, conforme explicado na Nota 2.4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo endereçadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*:

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

(b) Provisões:

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações. São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros:

A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Benefícios de planos de pensão:

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores e premissas que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia, com suporte de empresa especializada em cálculo atuarial, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 16.

3. Principais políticas contábeis

Apresentamos a seguir o conjunto de políticas contábeis, as bases e métodos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apenas para as companhias abertas. A Companhia optou por apresentar essa demonstração no conjunto de suas demonstrações financeiras, por consequência, esta demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.2.2 Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR (valor justo por meio do resultado). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, quando existentes no exercício. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 23.2.

a) Ativos financeiros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

a.1) Ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros aplicáveis à Companhia:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

a.2) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b) Desreconhecimento

b.1) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

b.2) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

d.1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se as condições financeiras da contraparte piorarem significativamente, independente do número de dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”;
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

d.2) Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

d.3) Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

d.4) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

d.5) Desreconhecimento (“baixa”)

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Contas a receber vinculadas à concessão

O contrato de concessão de distribuição de gás canalizado se enquadra no modelo bifurcado, em que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente, o Estado do Paraná, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível. A parcela reconhecida como ativo financeiro é aquela que será indenizada pelo Poder Concedente correspondente aos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão prevista em contrato e que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão.

3.5 Avaliação do valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos, mas está efetuando o seu recálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados às operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

3.6 Estoques

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.7 Impostos a recuperar e a recolher

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço e inclui o reconhecimento de juros a receber ou a pagar, conforme a legislação vigente e o direito de receber os juros ou a obrigação de pagá-los, respectivamente.

3.8 Créditos nas operações de vendas de gás

Os créditos de aquisição de volumes de gás são registrados pelo custo de aquisição conforme definição entre a Companhia e o fornecedor e são atualizados a valor justo de acordo com a regra contratual. O volume de gás mínimo não retirado está sujeito a compensação futura.

A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2024. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

3.9 Ativos financeiros de concessão

Obras em curso para distribuição de gás canalizado as quais serão transferidas para o ativo intangível quando de sua entrada em operação e na medida em que é recebido o direito (autorização) de cobrar os usuários. O montante que não será amortizado dentro do prazo da concessão é apresentado no ativo financeiro, indenizado no final da concessão pelo Poder Concedente conforme previsão contratual.

3.10 Ativo intangível

O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço no momento da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

A amortização do intangível leva em consideração o prazo contratual da concessão.

3.11 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13 Empréstimos e financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.16 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. A Companhia efetua o pagamento dos dividendos observando a existência de lucro disponível e após as destinações obrigatórias previstas em lei. Caso haja capacidade financeira de pagamento de dividendos, a Assembleia de Acionistas pode deliberar por um percentual de pagamento superior ao mínimo obrigatório.

3.17 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.18 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos:

- (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia;
- (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas;
- (iii) o preço da transação está determinado;
- (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e
- (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas aplicáveis à Companhia

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	408	2.145
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	46.233	57.764
CDBs	64.018	81.787
Total de caixa e equivalentes de caixa	110.659	141.696

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa de Certificados de Depósitos Bancários - CDB e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com remuneração média de 96,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2020 é de 2,75% (5,94% em 31 de dezembro de 2019).

5. Aplicações financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de investimento	8.042	7.894
Total de aplicações financeiras	8.042	7.894

Aplicações no montante de R\$ 8.042 em fundos de investimento junto à Caixa Econômica Federal, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES desde 2014, conforme nota explicativa 17. A remuneração média destes fundos é de 98,7% do CDI. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2020 é de 2,75% (5,94% em 31 de dezembro de 2019).

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Distribuição de gás canalizado	73.122	112.367
(-) Perdas no Recebimento de Créditos Lei 9.430/95	(10.212)	(8.747)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.045)	(3.781)
Total de contas a receber, liquidas	59.086	99.839
Contas a receber de clientes	56.151	98.238
Contas a receber de partes relacionadas (nota 15)	2.935	1.601
Ativo circulante	59.086	99.839

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão para perdas ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(12.528)	(12.112)
Adições	1.553	(1.063)
Baixas	(1.282)	647
Saldo no fim do exercício	(12.257)	(12.528)

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	57.278	91.852
Vencidos até 60 dias	684	8.824
Vencidos de 61 até 180 dias	822	1.216
Vencidos acima de 181 dias	14.338	10.475
Total das contas a receber	73.122	112.367

7. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos de gás QPNR (Quantidade. Paga não Retirada) (*)	149.480	209.641
Débitos de gás QPNR (Quantidade. Paga não Retirada)	(46.597)	(74.002)
Créditos nas operações de venda de gás	213	773
Total	103.096	136.412
Ativo circulante	49.918	1.412
Ativo não circulante	53.178	135.000

(*) De acordo com o contrato de suprimento, refere-se ao crédito junto à Petrobras relativo à aquisição de volumes contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, com cláusula de compensação futura. Em 29/12/2020, a Compagas foi notificada pela Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA acerca da cessão parcial de direitos e obrigações relativos à recuperação do saldo de QPNR de sua titularidade em favor da Petrobras. A Compagas havia informado que não se opõe à referida cessão desde que a cessionária se responsabilize por todos os direitos e obrigações relativos ao saldo de QPNR não utilizado pela ANSA nos mesmos termos estabelecidos no contrato, de forma que não ocorra prejuízo para a Companhia na operação. Em 08/01/2021 a Petrobras informou à Compagas que, em razão da cessão celebrada com a ANSA, realizou a compensação do volume de 55.770.890 m³ de gás natural referente ao saldo de QPNR adquirido da ANSA com o correspondente volume de 55.770.890 m³ de gás relativo ao saldo de QPNR da Compagas junto à Petrobras. A Compagas manifestou discordância quanto a mencionada compensação pois desconsidera a diferença de precificação entre o saldo de QPNR existente entre ANSA e Compagas e o saldo de QPNR vigente entre Compagas e Petrobras. O saldo dos créditos está apresentado líquido dos valores a fornecer para o cliente Araucária Nitrogenados. O efeito líquido desta discussão totaliza R\$ 11.974 e compõe o total apresentado nesta conta. Não havia indicativos de perda deste valor até o encerramento destas demonstrações financeiras.

A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2024. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2020 será efetuada integralmente. Todavia, a sua utilização está restrita ao uso somente da Companhia, e será efetuada ao longo desse período considerando eventuais ajustes a valores justos.

Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar
2021	49.705
2022	22.898
2023	22.176
2024	8.104
Total	102.883

7.1 Compromissos com contratos de fornecimento

A Companhia possui contrato de fornecimento de gás com a Petrobras S.A., com garantia de disponibilidade de volume diário, conforme tabela abaixo:

Período	Quantidade Diária Contratual (m ³ /Dia)
01/04/2020 até 31/12/2020	880.000
01/01/2021 até 31/12/2021	820.000
01/01/2022 até 31/12/2023	352.000

O compromisso financeiro total deste contrato, descontado a valor presente é estimado em R\$ 655.422, cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte.

Este compromisso foi estimado utilizando o volume total contratado pelo custo da *commodity* e transporte, líquido de impostos, calculado a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2020. Estas condições podem ser repactuadas caso o cenário se altere em razão de aspectos de mercado e sob concordância das partes.

8. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF a compensar	997	1.315
IRPJ a compensar	432	-
CSSL a compensar	1.575	-
PIS a compensar (a)	25.791	25.716
COFINS a compensar (a)	57.925	117.902
Total de impostos a recuperar	86.720	144.933
Ativo circulante	33.356	69.473
Ativo não circulante	53.364	75.459

(a) PIS e COFINS a recuperar - Em 28 de março de 2019 transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4. 04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS (valor destacado em nota fiscal) da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nas Demonstrações Financeiras, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos de R\$ 143.618, conforme procedimento regrado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017. Além da decisão transitada em julgado a seu favor, a Companhia está amparada por parecer jurídico dos seus assessores legais que suportam tecnicamente o reconhecimento do crédito fiscal.

	31/12/2020	31/12/2019
Valor original dos créditos	80.057	105.184
Juros Selic	3.659	38.434
Valor atualizado da habilitação dos créditos	83.716	143.618

A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

Ano	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	68.158
2021	30.352	21.448
2022	20.908	20.908
2023	20.908	20.908
2024	11.548	12.196
Total	83.716	143.618

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1 Resultado do exercício

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto corrente		
Imposto de renda	(15.738)	(47.811)
Contribuição social	(5.939)	(17.730)
	(21.677)	(65.541)
Imposto diferido		
Imposto de renda	(1.193)	(11.741)
Contribuição social	(429)	(4.227)
	(1.622)	(15.968)
Total Despesa com imposto de renda e contribuição social	(23.299)	(81.509)

9.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

Descrição:	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	82.923	82.923	267.524	267.524
Adições e exclusões permanentes				
Contribuições, doações e patrocínio	895	895	1.183	1.183
Juros sobre o capital próprio	(13.553)	(13.553)	(25.377)	(25.377)
Adições e exclusões temporárias				
Ajuste a valor de ativos (créditos nas operações de gás)	31.357	31.357	(25.106)	(25.106)
Atualização monetária ativo financeiro	(34.592)	(34.592)	(9.182)	(9.182)
Outros	(1.037)	(1.037)	(12.026)	(12.026)
Total	65.993	65.993	197.016	197.000
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(16.498)	(5.939)	(49.254)	(17.730)
Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA e etc)	760	-	1.443	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	(15.738)	(5.939)	(47.811)	(17.730)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(1.193)	(429)	(11.741)	(4.227)
Total	(16.931)	(6.368)	(59.552)	(21.957)

9.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo:		
Provisão atuarial	10.165	8.846
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	634	549
Provisão para perdas de crédito estimadas	2.045	3.781
Outras provisões	-	686
Passivo:		
Atualização monetária ativo financeiro	(54.452)	(19.860)
Ajuste a valor justo de ativos (créditos nas operações de gás)	(24.357)	(55.714)
Base do IRPJ e CSLL fiscal diferido	(65.965)	(61.712)
Imposto de renda diferido	(16.491)	(15.428)
Contribuição social diferida	(5.937)	(5.554)
Total de IRPJ e CSLL diferidos	(22.428)	(20.982)

O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	(1.459)
2021	(598)	(13.962)
2022	(6.063)	-
2023 a 2024	(15.767)	(5.561)
	(22.428)	(20.982)

Os créditos e débitos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.622 (R\$ 15.968 em 31 de dezembro de 2019).

10. Ativos de concessão - ativo financeiro, ativo de contrato e ativo intangível

10.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

- (a) Parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores;
- (c) Valor das obras em curso referente ao ativo intangível em formação classificadas como ativos de contrato de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1).

Ativo de concessão	Custo	Amortização	Líquido	
			31/12/2020	31/12/2019
Ativo financeiro indenizável da concessão (a)	189.416	-	189.416	144.813
Ativo intangível (b)	384.665	(282.036)	102.629	127.598
Ativo de contrato (c)	27.255	-	27.255	26.734
Total do ativo de concessão	601.336	(282.036)	319.300	299.145

10.2 Ativo financeiro da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão firmado com o Estado do Paraná, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro. O valor a receber foi atualizado mensalmente pelo IGP-DI/FGV Índice Geral de Preços (23,07% em 2020), até o efetivo recebimento.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Movimentações - 2020				Saldo em 31/12/2020
		Adições	Atualização	Transferências	Baixas	
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	144.813	-	34.592	10.041	30	189.416
Total do ativo financeiro	144.813	-	34.592	(*) 10.041	30	189.416

(*) Transferência do ativo intangível

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi aditado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo concedente leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento supracitado que alterou a remuneração e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual líquido estimado pela Companhia é de R\$ 83.297 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2020. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do prazo contratual.

10.3 Ativo intangível e de contrato - composição

	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2020	Movimentações - 2020			Saldo em 31/12/2019
			Adições	Transferências	Baixas	
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	313.558	-	1.438	-	312.120
Equip. operação gasoduto	10	55.075	-	268	-	54.807
Benfeitorias em bens de terceiros	10	52	14	(7)	(22)	67
Móveis e utensílios	10	1.741	67	(40)	(26)	1.740
Equip. de informática	10	3.689	1.164	(657)	-	3.182
Veículos	10	1.584	-	-	(591)	2.175
Software e outros	10	8.968	6.031	(3.653)	-	6.590
Amortização acumulada		(282.036)	(29.460)	-	507	(253.083)
Total do ativo intangível		102.631	(22.184)	(2.651)	(132)	127.598
Ativo de contrato (*)		27.253	7.909	(7.390)	-	26.734
Total do ativo intangível e de contrato		129.884	(14.275)	(10.041)	(132)	154.332

(*) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICPC01 (R1)

	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2019	Movimentações - 2019			Saldo em 31/12/2018
			Adições	Transferências	Baixas	
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	312.120	59	2.023	-	310.038
Equip. operação gasoduto	10	54.807	-	1.107	-	53.700
Benfeitorias em bens de terceiros	10	67	82	(18)	-	3
Móveis e utensílios	10	1.740	100	(36)	-	1.676
Equip. de informática	10	3.182	192	(137)	-	3.127
Veículos	10	2.175	-	-	(177)	2.352
Software e outros	10	6.590	1.215	(633)	-	6.008
Amortização acumulada		(253.083)	(28.865)	-	148	(224.366)
Total do ativo intangível		127.598	(27.217)	2.306	(29)	152.538
Ativo de contrato (*)		26.734	15.952	(14.937)	-	25.719
Total do ativo intangível e de contrato		154.332	(11.265)	(12.631)	(29)	178.257

(*) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICPC01 (R1)

11. Fornecedores e contas a pagar partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedor de gás - Petrobras (partes relacionadas - nota explicativa 15)	38.574	77.319
Fornecedores de materiais e serviços no país	3.393	5.715
Total fornecedores	41.967	83.034

12. Impostos a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	-	31.621
CSLL	-	11.793
ICMS	4.832	7.261
Imposto de renda retido na fonte	2.635	4.438
COFINS	512	3.223
INSS	110	614
PIS	583	563
FGTS	208	206
Total impostos a pagar	8.880	59.719

13. Provisão para contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

13.1 Ações com risco de perda avaliadas como prováveis

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Natureza				
Cíveis (a)	242	72	-	314
Trabalhistas (b)	307	13	-	320
Valor total R\$	549	85	-	634

a) Cíveis

As ações cíveis nas quais a Companhia é parte referem-se, principalmente, a demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. A provisão cível foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b) Trabalhistas

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se, principalmente, ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

13.2 Ações com risco de perda avaliadas como possíveis

	31/12/2020	31/12/2019
Natureza		
Cíveis (a)	96.470	47.228
Fiscais (b)	2.831	2.996
Trabalhistas (b)	746	1.798
Valor líquido das estimativas para litígios R\$	100.047	52.022

a) Cíveis

Demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro da antiga sede da Compagas e de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. Em 31 de dezembro de 2020 o montante estimado como perda possível relativo as demandas cíveis era aproximadamente R\$ 96.470 (R\$ 47.228 em 31 de dezembro de 2019), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

b) Fiscais

Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social. Em 31 de dezembro de 2020, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 2.831 (R\$ 2.996 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

c) Trabalhistas

Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2020, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 746 (R\$ 1.798 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 220.966 (R\$ 220.966 em 31 de dezembro de 2019) representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 6,58, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social. A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia - Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobras Gás S.A - Gaspetro	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Totais	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

14.2 Reserva legal

O Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	220.966	220.966
Reserva legal	42.326	39.345
= Percentual da reserva legal constituída	19,15%	17,81%

14.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	220.966	220.966
Reserva de retenção de lucros	222.069	287.330

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Quando este limite é atingido, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

A Assembleia Geral Extraordinária, agendada para o dia 22 de abril de 2021, deliberará sobre proposta a ser apresentada pela Administração, para a destinação de parte das reservas de lucros com duração superior a cinco exercícios, no montante de R\$ 52.902, atendendo ao disposto no art. 196, § 1º, da Lei 6.404/76.

14.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 67), é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	59.624	186.015
Reserva legal (5%)	(2.980)	(9.301)
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos	2.640	22.608
Juros sobre capital próprio	13.553	25.377
(-) IRRF - JCP	(2.033)	(3.807)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.160	44.178
Participação do dividendo no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%

A movimentação de dividendos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo inicial	44.178
Dividendos adicionais 2019	105.710
Dividendos obrigatórios 2020	14.160
Total de dividendos	164.048
(-) Dividendos pagos em 2020	(79.414)
Dividendos a pagar	84.634

Conforme Lei 9.249/95, os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conformidade com as normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2020, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, o valor de R\$ 105.710.

14.5 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2019	31/12/2019
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia R\$	59.624	186.015
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação R\$	1,77	5,54

15. Transações com partes relacionadas

15.1 A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar	-	-	43.164	22.531	-	-
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro						
Dividendos a pagar	-	-	20.735	10.824	-	-
Reembolso de salários ²	-	-	2.471	1.841	(630)	(627)
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Dividendos a pagar	-	-	20.735	10.824	-	-
Reembolso de salários ²	-	-	3.454	2.581	(872)	(637)
Outras partes relacionadas						
Araucária Nitrogenados - ANSA						
QPNR/Take or Pay (nota 7)	-	-	46.451	74.104	8.513	(8.633)
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras						
QPNR/Take or Pay (nota 7)	149.626	209.105	-	-	(34.914)	48.846
Aquisição de gás para revenda (nota 11)	-	-	38.574	77.319	(361.896)	(610.644)
Petrobrás Distribuidora S.A. - Petrobras						
Receita com venda de gás	-	260	-	-	-	10.104
Outras receitas	-	-	-	-	-	9
Petrobrás Distribuidora S.A. - BR Asfaltos						
Receita com venda de gás	-	-	-	-	-	91
UEG Araucária Ltda.						
Receita com venda de gás	199	199	-	-	-	-
Receitas de serviços	2.736	1.142	-	-	11.748	1.165
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(224)	(136)
Copel Telecomunicações S.A.						
Rede conexão / internet	-	-	-	-	(82)	(84)
BNDES ¹ e BNDESPAR						
Financiamentos	-	-	5.890	11.783	(1.681)	(1.194)

¹ O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

² Reembolso de salários de administradores dos acionistas.

15.2 Remuneração dos Administradores

A ata da 114ª Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2020 fixou o montante anual com encargos, para remuneração dos Administradores, no valor de R\$ 3.751 para o ano de 2020.

16. Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos: Plano de Benefício Previdenciário e Plano de Benefício Assistencial.

16.1 Balanço patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10.121, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações totais	13.698	10.121	23.819	12.183
Valor justo dos ativos	(13.698)	-	(13.698)	(3.337)
Passivo não circulante	-	10.121	10.121	8.846

16.2 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2020, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente e estão resumidos a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Plano de assistência saúde	344	1.277
	344	1.277

16.3 Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

16.3.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	8.846	6.159
Custo do serviço corrente e juros	830	783
Benefícios pagos	(75)	(30)
(Ganho)/perda atuarial	520	1.934
	10.121	8.846

16.3.2 Componentes da despesa do plano (Pró-saúde) projetada

	31/12/2020	31/12/2019
Custo do serviço	115	281
Custo dos juros	737	548
	852	829

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

Dados populacionais	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Número de participantes ativos:	152	159
Idade média em anos:	45,17	44,84
Serviço creditado total	11,77	10,95
Tempo para aposentadoria	12,02	12,44
Renda média em R\$	10.845,79	11.643,80
Aposentados		
Número de participantes aposentados:	12	8
Idade média em anos:	61,39	60,17
Benefício médio em R\$	3.998,43	3.947,87
População total	164	167
Hipóteses econômicas		
Taxa de anual de juro atuarial real (<i>Duration</i>):		
Plano CV/ saldado	3,20	3,20
Plano de Saúde	3,30	3,10
Taxa anual de inflação projetada	4,00	2,90
Taxa anual real de evolução salarial	2,00	2,00
Taxa anual de evolução custos médicos	1,00	1,00
Aging Factor	4,80	3,80
Taxa real de evolução de benefícios	0	4,00
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98,00	98,50
Hipóteses atuariais		
Taxa de rotatividade	0,0%	0,0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos		AT-2000 (M/F)-10%
Tábua de mortalidade de inválidos		Winklevoss
Tábua de invalidez		Tasa 1927
% de casados na data de aposentadoria		80%
Diferença de idade entre homens e mulheres		Real (ou 4 anos)

Dados fornecidos de empresa especializada em cálculo atuarial

17. Debêntures

A Companhia emitiu debêntures conforme quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
BNDES Participações S.A BNDESPAR (17.1)	5.890	11.783
Simplific Pavarini DTVM Ltda (17.2)	14.362	43.000
Total	20.252	54.783
Passivo circulante	20.252	34.547
Passivo não circulante	-	20.236

17.1

Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R\$ 62.626 e R\$ 33.620, para financiar o plano de investimentos da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 62.626 e 33.620. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros compensatórios, calculados pro rata temporis, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição, integralização, deduzido de quaisquer eventos financeiros, previstos ou não contratualmente. Da mesma forma, de acordo com o contrato, um evento financeiro compreende parcela de juros, amortização, resgate, conversão, permuta e outros eventos que venham alterar o preço unitário.

Emissão	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31/12/2020
			Inicial	Final			
1ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	TJLP+2,17%a.a.	33.620	3.000
1ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	SELIC+2,17%a.a.	33.620	2.890
							5.890

Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos trimestralmente	Flutuante	Compagas	BNDES Participações S.A BNDESPAR

Mutação dos debêntures	Circulante	Não circulante	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	5.909	5.875	11.784	17.652
Ingressos	-	-	-	-
Encargos	531	-	531	1.194
Transferências	5.875	(5.875)	-	-
Amortização - principal	(5.875)	-	(5.875)	(5.874)
Pagamento - encargos	(550)	-	(550)	(1.188)
Total	5.890	-	5.890	11.783

17.1.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alienar ou onerar bens integrantes do ativo da Companhia, sujeitos a registro de propriedade; ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia; alteração da estrutura societária da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR; mudança no objeto social da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR. O descumprimento destas condições poderá implicar no vencimento antecipado das debêntures.

Em 31/12/2020, devido a redução de receita abaixo dos valores exigidos contratualmente, motivado pela pandemia e principalmente pela paralisação de atividades de importante cliente, a Companhia passou a não atender ao covenant de cessão e vinculação de direitos creditórios (Receita Vinculada) o que poderia decretar o vencimento antecipado das debêntures. A fim de evitar o vencimento antecipado das debêntures e adequar o fluxo de recebíveis atrelado, a Companhia informou a nova expectativa de fluxo ao BNDESPAR, o qual sinalizou a concordância da referida redução informando que o processo está em fase de deliberação interna. Em relação aos demais indicadores a Companhia encontra-se em pleno atendimento às cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures (Dívida Líquida/Ebitda menor ou igual a 3,50 e Endividamento Geral menor ou igual a 0,70).

	31/12/2020	31/12/2019
Dívida Líquida	90.407	(86.912)
Ebitda	72.765	251.636
= Dívida líquida / Ebitda	1,24	(0,35)

	31/12/2020	31/12/2019
Endividamento geral		
Exigível total	218.805	300.595
Ativo total	702.082	846.490
= Exigível total / Ativo total	0,31	0,36

17.2

Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada pela Simplific Pavarini DTVM Ltda., com distribuição pública de esforços restritos, no valor de R\$ 43.000 para refinanciamento do passivo da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 43.000. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, desde a data da primeira integralização ou desde a data de pagamento dos juros remuneratórios.

Emissão	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	Dívida Bruta	(-) Custo de transação	31/12/2020
			Inicial	Final						
3ª	17.12.2019	18	27.01.2020	28.06.2021	Taxa DI + Spread 0,88%a.a.	5,68% aa	43.000	44.746	1.746	14.362
										<u>14.362</u>

Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário			
	Real	Compagas	Simplific Pavarini DTVM Ltda.			
Juros pagos trimestralmente						
Mutação dos debêntures			Circulante	Não circulante	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior			30.149	14.597	44.746	44.746
(-) Encargos a transcorrer			114	-	114	(1.746)
Transferências			14.597	(14.597)	-	-
Amortização - principal			(28.639)	-	(28.639)	-
Pagamento - encargos			(1.859)	-	(1.859)	-
Total			14.362	-	14.362	43.000

17.2.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusula que requer a cessão fiduciária sobre determinados créditos a receber de titularidade da Companhia mantidos em conta corrente vinculada, não movimentável por esta, junto ao Banco Depositário.

Há, ainda, cláusula que requer a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como condições a serem observadas: ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia.

Em 31/12/2020, a Companhia encontra-se em pleno atendimento a todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures. (Dívida líquida/Ebitda menor ou igual a 3,50).

	31/12/2020	31/12/2019
Dívida Líquida	90.407	(86.912)
Ebitda	72.765	251.636
= Dívida líquida / Ebitda	1,24	(0,35)

18. Receita operacional líquida - venda de gás e serviços

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de vendas de gás	689.467	1.021.382
Receita de serviços	11.748	1.165
ICMS sobre vendas	(115.638)	(171.895)
PIS e COFINS sobre vendas	(61.116)	(93.979)
ISS sobre vendas	(236)	(23)
Receita operacional líquida	524.225	756.650
Receitas de construção – ICPC 01 (R1)	7.438	12.153

19. Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Compra de gás natural	(361.896)	(610.644)
Pessoal	(36.823)	(36.573)
Amortização	(31.650)	(30.880)
Serviços de terceiros	(13.637)	(14.679)
Despesas gerais	(6.210)	(8.363)
Tributos e taxas fiscais	(4.035)	(6.796)
Locações	(102)	93
Materiais	(370)	16
Distribuição de gás	(340)	(283)
Total	(455.063)	(708.109)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(407.452)	(656.873)
Despesas gerais e administrativas	(39.194)	(39.609)
Despesas com vendas	(8.417)	(11.626)
Total	(455.063)	(708.109)
Custos de construção ICPC 01 (R1)	(7.438)	(12.153)

20. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(Perda) ganho ajuste a valor justo créditos nas oper. de venda e aq. de gás	(22.572)	39.487
(Despesa) receita com Encargos contratuais	(7.266)	(1.376)
(Despesas) Receitas operacionais – Outras	1.789	40
Receitas operacionais – créditos de PIS/COFINS (*)	-	105.226
Recuperação de despesas	-	26.611
COFINS e PIS recuperados	-	2.225
Total	(28.049)	172.213

(*) Valor original dos impostos oriundos do Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511 - 0/0002511-27.2007.4.04. 7000 conforme descrito na nota explicativa 8.

21. Despesas e receitas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas Financeiras	-	38.434
Juros sobre o crédito de PIS/COFINS (nota 8.b)	34.591	9.181
Juros sobre ativo financeiro	4.337	6.139
Rendimento de aplicações financeiras	6.321	3.695
Juros e outras	45.249	57.449
Despesas financeiras	(1.681)	(1.194)
Juros sobre empréstimos	(1.758)	(9.486)
Outras	(3.439)	(10.680)
Resultado financeiro líquido	41.810	46.769

As despesas financeiras contemplam a atualização do contas a pagar junto à Petrobras e as receitas de juros e outras, a atualização dos valores de ativos financeiros da concessão e a atualização dos impostos a compensar oriundos do Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000 conforme descrito na nota explicativa 8.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (Nível 3).

Os ativos financeiros e passivos financeiros estão, em sua parcela mais significativa, mensurados a valor justo de acordo com o nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3.

22.1 Categoria de instrumentos financeiros

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Custo Amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	110.659	141.696
Clientes	59.086	99.839
Aplicações financeiras	8.042	7.894
Valor Justo por meio do Resultado		
Ativos financeiros da concessão	189.416	144.813
Créditos nas operações de venda de gás	102.883	135.000
Passivos financeiros		
Custo Amortizado		
Fornecedores - aquisição de gás	38.574	77.319
Debêntures	20.252	54.783
Outros fornecedores	3.393	5.715

23. Fatores de risco

23.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

	31/12/2020	Valor contábil 31/12/2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	110.659	141.696
Clientes (ii)	59.086	99.839
	169.745	241.535

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, os quais representam sua máxima exposição de risco de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritos na nota explicativa 4.

(ii) Clientes

Esse risco é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível, diluindo assim o risco de inadimplência.

23.2 Risco de Mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

(i) Risco cambial

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobrás. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A partir de 01 de fevereiro de 2021 entrou em vigor a Resolução 006/2021 instituída pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná, que dispõe sobre o mecanismo de recuperação das variações do preço do gás e do transporte, sendo que a exposição seria trimestral, conforme as datas dos reajustes ordinários de periodicidade semestral. A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	38.574	38.574
	-	38.574	38.574
	31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	77.319	77.319
	-	77.319	77.319

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos. A Companhia não opera com derivativos.

23.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nestas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

Instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020		
	Até um ano	Mais de dois e até cinco anos	Total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	110.659	-	110.659
Clientes	59.086	-	59.086
Aplicação financeira	-	8.042	8.042
Ativos financeiros da concessão	-	189.416	189.416
Créditos nas operações de venda de gás	-	102.883	102.883
Total ativo	169.745	300.341	470.086
Passivo			
Debêntures	20.252	-	20.252
Fornecedores	3.393	-	3.393
Fornecedores - aquisição de gás	38.574	-	38.574
Total passivo	62.219	-	62.219
Instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2019		
	Até um ano	Mais de dois e até cinco anos	Total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	141.696	-	141.696
Clientes	99.839	-	99.839
Aplicação financeira	-	7.894	7.894
Ativos financeiros da concessão	-	144.813	144.813
Créditos nas operações de venda de gás	-	135.000	135.000
Total ativo	241.535	287.707	529.242
Passivo			
Debêntures	34.547	20.236	54.783
Fornecedores	5.715	-	5.715
Fornecedores - aquisição de gás	77.319	-	77.319
Total passivo	117.581	20.236	137.817

24. Seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Data de vigência	Importância segurada R\$
Responsabilidade civil e danos materiais	26/04/2021	300
Riscos operacionais	28/02/2021	3.000
Responsabilidade civil	08/04/2021	15.000
Responsabilidade civil e danos materiais	20/06/2021	20.000

25. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16), a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

25.1 Direito de uso de ativos

	Adoção inicial em 01/01/2019	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Imóveis	12.976	531	(1.675)	11.832
Veículos	1.931	58	(500)	1.489
	14.907	589	(2.175)	13.321

25.2 Passivo de arrendamentos

25.2.1 Mutações do passivo de arrendamentos

em 31/12/2019	15.489
Adições	716
Encargos	1.328
Pagamento - principal	(1.377)
Pagamento - encargos	(1.704)
Em 31/12/2020	15.489

A taxa de desconto em 31/12/2020 é de 9,10% a.a.

25.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2021	1.984
2022	2.033
2023	2.198
Após 2024	8.237
	14.452

25.2.3 Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e arrendamentos de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais. O Saldo de compromissos de arrendamentos de aluguéis está demonstrado a seguir:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>31/12/2020</u>
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	1.984	6.005	6.463	14.452

26. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Marcelo Pereira da Silva
 Contador CRC - PR 034803/0-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPAGAS

Exercício de 2020

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações do Valor Adicionado, as Demonstrações do Resultado Abrangente e Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2020.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer favorável da Mazars Auditores Independentes, datado de 23/02/2021, emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária das acionistas da Compagas.

Curitiba, 26 de março de 2021.

Cláudio Luiz Pacheco Adriano Morandi Zanotti Bruno do Prado Castilho

Observação: este Parecer é parte integrante da ata da 149ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 26/03/2021, que apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2020 e as propostas da Administração.



BALANÇO SOCIAL 2019

BALANÇO SOCIAL COMPAGAS 2020

RECURSOS HUMANOS	2020	2019	INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2020	2019
Indicadores do corpo funcional			Cultura	194.352	399.780
Empregados no final do período	142	148	Projetos culturais diversos - lei 8313 Rouanet (planilha DINA)	194.352	399.780
Admissões e readmissões durante o período	-	-	Esporte	48.588	99.745
Transferência de empregados entre empresas	-	-	Incentivo fiscal - Lei do incentivo ao Esporte	48.588	99.745
Nº de cargos de gerência	11	10	Proesporte - Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte (ICMS)		-
Nº total de demissões no período	22	11	Outros	97.176	199.890
Escolaridade dos empregados(as)			FIA	48.588	99.945
Superior e extensão universitária - Total	142	148	Fundo do Idoso	48.588	99.945
Superior	120	126	Total	340.116	699.415
Ensino Médio	22	22	INDICADORES AMBIENTAIS		
Ensino Fundamental	21	21	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	151.414	300.804
Ensino Básico	1	1	Gestão de Resíduos	686	480
Faixa etária dos empregados(as)			Estudos ambientais e arqueológicos	150.728	300.323
Abaixo de 18 anos	-	-	Licenças Ambientais	49.776	37.717
De 18 até 30 anos (exclusive)	2	5	Licença Ambiental, TAC, Renovação de Licença e Regularização	49.776	37.717
De 30 até 45 anos (exclusive)	75	82	INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		
De 45 até 60 anos (exclusive)	52	51	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		
60 anos ou mais	13	10	Gestão de Resíduos		
Mulheres que trabalham na empresa (nº total)			Estudos ambientais e arqueológicos		
% de mulheres em relação ao total de empregados	29,6%	29,7%	Licenças Ambientais		
Nº de mulheres em cargo de gerência (1)	2	2	Licença Ambiental, TAC, Renovação de Licença e Regularização		
% de Cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	4,8%	4,5%	INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		
% de Cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	18,2%	20,0%	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		
Negros(as) e pardos(as) que trabalham na empresa (2)			Gestão de Resíduos		
Nº de negros e pardos em cargo de gerência	-	-	Estudos ambientais e arqueológicos		
% de Cargos gerenciais ocupados por negros(as) em relação ao nº total de negros	0,0%	0,0%	Licenças Ambientais		
% de Cargos gerenciais ocupados por negros(as) em relação ao nº total de gerentes	0,0%	0,0%	Licença Ambiental, TAC, Renovação de Licença e Regularização		
Portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (empreg.+ contratados)			INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	3	4	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		
Nº de contratados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-	-	Gestão de Resíduos		
Outros			Estudos ambientais e arqueológicos		
Dependentes dos empregados (3)	167	294	Licenças Ambientais		
Estagiários(as)	7	9	Licença Ambiental, TAC, Renovação de Licença e Regularização		
Terceirizados(as) (4) e (5)	-	22	INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		
Aprendiz(es) (6)	2	2	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		
Número de empregados com mais de 10 anos de serviço efetivo na organização	83		Gestão de Resíduos		
Salários			Estudos ambientais e arqueológicos		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7	8	Licenças Ambientais		
Menor remuneração em espécie paga pela empresa	3.690,31	3.763	Licença Ambiental, TAC, Renovação de Licença e Regularização		
Maior remuneração em espécie paga pela empresa	25.084,14	31.117	INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		
Maior remuneração em espécie paga pela empresa - incluindo administradores	45.866,52		Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		
Divisão do menor salário da empresa pelo salário mínimo vigente	3,53	3,77	Gestão de Resíduos		
Salário mínimo vigente	1.045	998	Estudos ambientais e arqueológicos		
Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos	142	-	Licenças Ambientais		
Acidentes (ACIDENTADOS) de trabalho (7)	4	7	Licença Ambiental, TAC, Renovação de Licença e Regularização		

Notas:

- (1) Entende-se por cargo de gerência todo cargo, função ou atribuição acompanhados de remuneração que distingue o profissional da categoria correspondente.
- (2) Nº de negros(as) que trabalham na empresa: Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme o declarado na RAIS).
- (3) Para o preenchimento dos dependentes:
São considerados:
- Cônjuge, companheiro(a) e filhos menores de 21 anos ou inválidos, desde que não tenham se emancipado entre 16 e 18 anos de idade;
- País;
- Irmãos não emancipados, menores de 21 anos ou inválidos.
- Filhos com idade entre 21 e 24 anos que estão estudando.
- Enteados ou menores de 21 anos que estejam sob tutela do segurado possuem os mesmos direitos dos filhos, desde que não possuam bens para garantir seu sustento e sua educação.
- A dependência econômica de cônjuges, companheiros e filhos é presumida. Nos demais casos deve ser comprovada por documentos, como declaração do Imposto de Renda e outros.
- (4) Este número corresponde aos trabalhadores terceirizados, em atividade no mês de dezembro, independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados.
- (5) O número apresentado não contempla aprendizes (tratados em um item à parte) e os terceiros que atuam na implantação de obras de rede.
- (6) Aprendizes contratados a partir de julho de 2012 com carga horária 04 hs/dia. Contratações atendem as exigências da Lei 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto 5.598/2005.
- (7) Número total de acidentes de trabalho: todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano.



COMPAGAS EM NÚMEROS

COMPAGAS EM NÚMEROS

Compagas em números	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	VAR. 20/19%	VAR. 19/18%
Mercado																						
Número de clientes	49.335	47.238	43.929	39.777	36.189	31.790	26.052	21.018	16.405	12.025	9.288	6.731	4.510	2.928	1.904	1.415	752	233	85	56	4,44	7,53
Volume consumido de gás (m ³ mil no ano)	322.719	524.492	434.460	464.180	476.284	997.396	1.089.714	380.375	373.938	367.673	350.649	295.313	316.795	345.349	414.095	248.523	218.373	184.255	210.318	134.228	-38,47	20,72
Volume consumido de gás (m ³ /dia em Dez)	865,9	2.039,1	1.193,0	838,2	1.176,9	1.291,2	3.410,5	857,4	1.021,7	920,4	857,2	806,4	649,1	735,8	1.587,3	722,1	587,1	464,6	485,4	349,5	-57,53	70,93
Consumo médio por cliente (m ³ /dia em Dez)	0,02	0,04	0,03	0,02	0,03	0,04	0,13	0,04	0,06	0,08	0,09	0,12	0,19	0,29	0,41	0,48	0,78	1,99	5,70	6,20	-59,34	58,95
Número de cidades atendidas	15	15	16	16	16	16	14	14	13	12	10	9	7	7	7	7	7	7	7	7	0,00	-6,25
Implantação da Rede																						
Investimento total até a data (R\$ mil)	411.917	424.348	402.638	395.402	406.931	449.931	392.003	315.197	274.373	252.680	230.207	217.953	194.486	168.527	154.749	145.072	135.233	117.197	103.448	74.607	-2,93	5,39
Extensão total da rede (Km)	842	833	824	812	800	780	726	646	602	574	546	520	499	465	459	448	437	409	391	280	1,08	1,09
Investimentos por rede implantada (R\$ mil/Km)	489,21	509,42	488,64	486,95	508,66	576,83	539,95	487,92	455,77	440,21	421,62	419,14	389,75	362,42	337,14	323,82	309,40	285,80	264,60	266,50	-3,97	4,25
Indicadores Operacionais																						
Frequência de acidentes com empregados*	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	0,00	0,00
DEG – Duração de interrupção de gás p/ clientes* (min)	34	32	14	Zero	Zero	16	19	24	4	13	1	1	27	8	Zero	19	3	4	23	8	6,25	128,57
FEG – Frequência de interrupção de gás p/ clientes*	0,02	0,07	0,04	0	0,001	0,04	0,05	0,06	0,04	0,09	0,03	0,01	0,08	0,04	0,1	0,1	0,05	0,07	0,1	0,19	-71,43	75,00
(*) Observações à partir de Jul/00																						
Corpo Funcional																						
Número de colaboradores em Dez	155	168	181	180	175	171	172	163	150	128	119	106	104	107	97	91	84	76	72	55	-7,74	-7,18
Admissões no período	Zero	Zero	Zero	3	2	5	12	16	27	28	17	8	30	20	11	11	10	7	19	21	0,00	0,00
% Mulheres que trabalham na empresa	0,296	0,297	0,297	0,294	0,296	0,296	0,263	0,296	0,291	0,273	0,243	0,226	0,211	0,168	0,237	0,297	0,159	0,263	0,200	0,273	-0,34	0,00
Volume consumido de gás por colaborador (m ³ mil/colab.)	2.082,1	3.122,0	2.400,3	2.578,8	2.721,6	5.832,7	6.335,5	2.333,6	2.492,9	2.872,4	2.946,6	2.786,0	3.046,1	3.227,6	2.936,1	2.731,0	2.599,7	2.332,3	2.921,1	2.440,5	-33,31	30,06
Valor adicionado por colaborador (R\$ mil/colab.)	1.310,7	2.348,5	1.232,6	1.561,5	1.258,4	3.069,5	2.759,7	404,2	471,9	552,8	854,3	750,3	836,9	1.138,1	1.329,1	1.111,5	1.260,2	1.150,8	400,1	229,1	-44,19	90,53
Dados Econômicos																						
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	524.225	756.650	565.904	462.321	498.705	1.311.830	1.664.646	382.011	334.854	274.349	266.723	224.402	231.323	220.418	251.934	211.162	287.928	256.810	90.211	49.628	-30,72	33,71
Lucro Bruto (R\$ mil)	116.773	99.777	93.140	85.729	36.543	68.967	140.603	63.282	64.065	69.426	80.498	65.190	52.591	77.469	65.021	60.786	73.308	50.935	12.907	4.008	17,03	7,13
Depreciação (R\$ mil)	31.652	30.880	29.012	28.753	25.251	21.532	16.921	15.780	13.769	12.648	11.508	8.912	8.976	7.232	6.688	5.119	4.482	3.890	2.362	1.995	2,50	6,44
Lucro / Prejuízo por período (R\$ mil)	59.624	186.015	82.527	65.570	5.482	23.067	60.366	18.485	20.755	32.430	40.538	31.899	32.523	47.941	37.453	32.657	43.353	29.404	2.455	(1.272)	-67,95	125,40
Valor Adicionado (R\$ mil)	203.151	394.551	223.103	281.077	220.221	524.892	474.665	65.886	70.781	70.756	101.664	79.532	87.033	118.360	128.926	101.149	112.320	90.916	28.807	12.598	-48,51	76,85
Ebitda (R\$ mil)	72.765	251.636	126.668	170.771	31.486	73.610	97.790	37.244	41.133	55.976	67.479	51.660	50.327	72.977	61.785	56.281	70.999	48.689	8.930	1.356	-71,08	98,66
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	483.272	545.895	408.276	349.374	299.901	295.720	278.026	235.626	222.305	206.480	194.678	186.688	170.201	157.750	130.613	116.216	91.314	59.128	36.602	34.147	-11,47	33,71
Indicadores Financeiros																						
Liquidez Seca	1,18	1,63	1,39	1,35	1,28	0,77	1,13	1,24	1,41	1,17	1,07	1,10	1,19	1,36	1,09	1,07	0,80	1,01	0,84	1,24	-27,61	17,27
Endividamento Total	0,34	0,41	0,42	0,40	0,43	0,35	0,56	0,24	0,24	0,28	0,29	0,30	0,36	0,38	0,48	0,44	0,83	0,82	0,70	0,68	-17,07	-2,38
Margem Operacional	0,08	0,15	0,14	0,26	-0,04	0,02	0,05	0,05	0,08	0,15	0,18	0,22	0,17	0,30	0,22	0,24	0,23	0,17	0,07	-0,01	-44,83	5,99
Margem Líquida	0,11	0,25	0,15	0,14	1,1	0,02	0,03	0,04	0,06	0,12	0,15	0,17	0,14	0,18	0,15	0,15	0,15	0,12	0,03	-0,03	-55,25	68,59
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,12	0,34	0,20	0,19	0,02	0,09	0,22	0,08	0,09	0,16	0,21	0,17	0,19	0,30	0,29	0,28	0,47	0,50	0,07	-0,04	-64,81	68,73
Ebitda / Rec. Operac. Líquida	0,14	0,33	0,22	0,37	0,06	0,06	0,06	0,10	0,12	0,20	0,25	0,23	0,22	0,33	0,25	0,27	0,25	0,19	0,10	0,03	-57,91	48,61

